

07 DEZ 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

# Liminar suspende previdência de Doria

Decisão atende a pedido de deputado do PT que questionou 'relatoria especial';  
para desembargador, indicação limita discussão na Casa

Ricardo Galhardo  
Tulio Kruse

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) concedeu ontem liminar que suspende a tramitação na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) do projeto de reforma da previdência estadual elaborado pelo governo João Doria (PSDB). A decisão atende pedido do deputado Emídio de Souza (PT).

No pedido, o deputado petista argumenta que a indicação do deputado Heni Ozi Cukier (Novo) como relator especial do projeto fere a legislação ao se sobrepor às atribuições da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Um dos argumentos apresentados é de que Cukier não poderia assumir a relatoria especial, pois já havia sido o relator do projeto na CCJ. A criação da figura do relator especial foi uma manobra articulada pelos tucanos da assembleia para acelerar a tramitação da proposta.

"A Comissão de Constituição, Justiça e Redação é formada por treze membros efetivos e treze membros suplentes, cujo órgão é constitucionalmente qualificado para deliberar acerca das proposições legislativas, não podendo tal comissão ser substituída por um único membro da Alesp", relatou o pedido de liminar feito por Emídio.

Na liminar, o desembargador Alex Zilenovski considera que a escolha de Cukier limita a possibilidade de discussão sobre o tema. "É da natureza do

## • 'Discussão'

"É da natureza do Parlamento a ampla discussão e negociação prévias à deliberação. O Parlamento não é mera casa de homologação."

Alex Zilenovski

DESEMBARGADOR DO TJ-SP

Parlamento a ampla discussão e negociação prévias à deliberação. O Parlamento não é mera casa de homologação, mas de discussão e deliberação conscientes e transparentes", disse o magistrado.

A decisão do TJ-SP também anula a nomeação de Cukier para a função e todos os atos do deputado. Com isso, a tramitação volta à CCJ e a votação da reforma deve ficar para o ano que vem.

A suspensão da tramitação do Projeto de Emenda à Constituição Estadual (PEC) de reforma da previdência é uma derrota para o governo Doria que previa economizar R\$ 32 bilhões em 10 anos com medidas impopulares como a exigência de idade mínima para aposentadoria, de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, e aumento de 11% para 14% da alíquota de contribuição dos servidores. Para ser aprovado, o projeto precisa de 57 dos 94 votos da Alesp — um teste para a base governista.

Procurado, o governo estadual afirmou que não irá se pronunciar sobre a suspensão, por entender que o processo diz respeito à tramitação da matéria — e não ao mérito da

reforma previdenciária.

O presidente da Alesp, deputado Cauê Macris (PSDB), afirmou, em nota, que recebeu "com perplexidade a liminar concedida pelo desembargador a respeito de um tema exclusivo e de competência do Poder Legislativo, previsto em regimento interno". Ele disse que irá apresentar recurso para derubar a liminar e fazer a votação "o mais rápido possível".

Cukier rebateu as alegações da ação. "É uma tentativa de obstruir o andamento de um tema de extrema importância para o Estado de São Paulo e para o Brasil", disse o deputado.

# O ESTADO DE S. PAULO

## Fachin dá dez dias para Witzel explicar política de segurança

07 DEZ 2019

PSB questionou, no Supremo, medidas tomadas pelo governador que estimulariam a letalidade da polícia

*Pepita Ortega*

*Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA*

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu dez dias para o governador do Rio, Wilson Witzel (PSC), se manifestar sobre uma ação proposta pelo PSB questionando a política de segurança pública do Estado. A legenda levou o assunto ao Supremo, alegando que medidas tomadas pelo governador do Rio estimulam a “letalidade” da polícia.

A ação questiona duas ações em particular: a utilização de helicópteros como plataformas de tiro e a extinção de uma gratificação que servia como incentivo à diminuição de mortes provocadas por policiais.

O ministro registrou, no seu despacho, que o plenário do Supremo recentemente indicou que “nenhuma pessoa pode ser arbitrariamente privada de sua vida” e destacou uma declaração de Philip Alston, relator da Organização das Nações Unidas sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, sobre a situação do Rio.

“As execuções extrajudiciais são generalizadas. Quase nenhuma medida foi tomada para resolver o grave problema de confrontos no exercício da atividade policial, ou para reduzir o alto número dos chamados atos de resistência. Boa parte dos homicídios ainda nunca são investigados de maneira significativa.”

No pedido do PSB, há uma solicitação para que o Estado formule um plano de redução da letalidade policial. O PSOL também encaminhou uma representação contra Witzel relacionado à segurança pública. O partido diz que o governador do Rio “tem emanado ordens verbais e praticado condutas comissivas de estímulo à violência sistemática e generalizada contra a população civil, autorizando execuções e mortes”.

**Entrevista.** O partido cita a declaração dada pelo governador ao *Estado*, em entrevista após sua eleição. “O correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro”, afirmou o governador, na época.

No processo, Witzel declarou que, ao assumir o governo, deu continuidade ao trabalho de segurança pública que vinha sendo empreendido pelo Exército e adotou política “de tolerância zero com meliantes que ameaçam o direito de ir e vir da população com armas de grosso calibre”. “Isso é cumprir o papel do Estado na repressão ao crime organizado; ao tráfico de drogas, ao roubo de cargas e, em última análise, um regime de terrorismo urbano que os criminosos vinham impondo à população fluminense, sobretudo os mais humildes que residem em comunidades carentes”, escreveu o governador a Fachin.

No texto, Witzel diz ainda que a alegação de que seu discurso sobre segurança pública tem servido de estímulo à violência contra a população civil é improcedente.

07 DEZ 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

### II PGR: diálogo entre Moro é Delta é 'comum'

Paulo Roberto Netto

A Procuradoria-Geral da República afirmou ser “absolutamente comum” que membros do Ministério Público conversem com o juiz do caso em que são parte sem a presença da defesa. O entendimento consta em manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal no processo em que a defesa do ex-presidente Lula pede a suspeição de Sérgio Moro após a divulgação de mensagens atribuídas ao ex-juiz e membros da Lava Jato.

“A lei não exige que uma parte só tenha contato com o julgador na presença da outra. É absolutamente comum que membros da Advocacia e do Ministério Público conversem com o julgador sem a presença da outra parte.”

A PGR diz que as mensagens não podem ser consideradas provas válidas porque não passaram por perícia e por terem sido obtidas de forma ilícita. Para a Procuradoria, mesmo comprovadas, as conversas não seriam conduta ilícita.

### I Licitação que excluiu 'Folha' é revogada

Loirena Rodrigues / BRASÍLIA

O governo federal revogou a licitação que contrataria o fornecimento de acesso digital a jornais e revistas e excluiu o jornal *Folha de S. Paulo*. O edital havia sido publicado no fim de novembro.

O aviso de revogação do pregão eletrônico foi publicado no *Diário Oficial* da União de ontem, sem explicações sobre o motivo da decisão.

Há cerca de um mês, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que determinaria o cancelamento de assinaturas do jornal em órgãos do governo federal em Brasília. A ação, no entanto, gerou forte reação de associações de imprensa e do Tribunal de Contas da União (TCU).

O edital de licitação previa a contratação de exemplares de 24 jornais e de 10 revistas – eram previstas 438 assinaturas de jornais e 198 assinaturas de revistas. O valor do edital era de R\$ 194.393,64.

### COLUNA DO ESTADÃO

● **Copo meio cheio.** O presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, elogiou à *Coluna* o pacote anticrime aprovado na Câmara nesta semana: “O saldo geral é positivo, perto do que poderia vir”.

● **...meio vazio.** Para ele, foram retirados os pontos “mais graves”, como o excludente de ilicitude. Em dois pontos, Santa Cruz foi mais duro: a execução antecipada da pena no júri e interceptação no parlatório. Promete questionar na Justiça, se forem mantidos.

### SÔNIA RACY No horizonte

Embora longe dos holofotes, Joaquim Barbosa voltou a olhar com simpatia a ideia de uma candidatura presidencial em 2022. Consta que o ex-ministro teria sinalizado positivamente para o PSB, com quem está reconstruindo as relações. Mês passado ele almoçou com Carlos Siqueira e tem mantido contato com o deputado carioca Alessandro Molon.

Barbosa não foi à convenção socialista, semana passada, no Rio – onde mora –, mas está sintonizado com as lideranças da legenda. Entende que discutir sucessão agora é um desserviço ao País.

# O ESTADO DE S. PAULO

MIGUEL REALE JÚNIOR

## Aliança com

07 DEZ 2019

## o passado

Para Bolsonaro e os 'pensadores' que o cercam importa explorar o radicalismo

**M**anifesta a postura retrógrada do programa do pretensioso partido Aliança pelo Brasil. Apontam-se como suas principais linhas a segurança do cidadão graças ao direito de andar armado; o louvor a Deus, que revela caminhos e direitos inalienáveis; os valores tradicionais proclamados pelos nossos pais fundadores; a consagração da família tradicional; o confronto com a ideologia do garantismo; a liberdade do mercado como solução única para nossa economia; a destruição do socialismo. Deus, pátria e família, especialmente a própria.

Escolho alguns pontos para análise. Na introdução, desenha-se quadro irreal de estar o País calado, sofrendo a dominação do crime violento, do narcotráfico e do crime organizado. Dramatiza-se o passado, como se tivesse havido condescendência com a alta criminalidade como consequência da promessa de paz, por entregarem os brasileiros suas armas em pacto suicida para a abdicação do direito à legítima defesa.

Ao ver dos aliancistas, houve desrespeito ao referendo de 2005, impondo-se o controle das armas. Duas inverdades: o controle da criminalidade não se realiza pela população armada, situação cujos resultados comprovados são nocivos. A menor repressão ao crime que amedronta, o assalto à mão armada, depende da baixíssima apuração de autoria pelos órgãos de segurança dos governos estaduais. A criminalidade não será estancada dando um revólver a cada cidadão.

O referendo de 2005 não concedeu posse e porte de arma aos brasileiros. Nessa consulta popular se indagava se deveria prevalecer o disposto no artigo 35 do Estatuto do Desarmamento, sobre comercialização ou não de arma de fogo. Perguntou-se, então: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?". Não se tratava de garantir a todos, sem critérios e limites, posse ou porte de armas, mas de saber se a comercialização de armas deveria ser totalmente proibida.

Outro aspecto ligado à segurança pública está no ataque ao inimigo imaginário, a ideologia do garantismo, doutrina formulada pelo jusfilósofo italiano Luigi Ferrajoli, acusada de ser a raiz do problema da impunidade no Brasil, um "garantismo socialista", favorecedor do narcotráfico.

Santa ignorância. Dos princípios básicos do garantismo penal, destaco o da legalidade (não haverá crime ou pena sem lei anterior); o da lesividade (não há crime sem que haja violação de um bem relevante à sociedade); o da culpabilidade (não há responsabilidade objetiva em matéria penal sendo o crime doloso ou culposos); o acusatório (garantindo ao réu ampla defesa e direito ao contraditório). Denominar tal doutrina de socialista e em favor do narcotráfico é demais!!!

O caráter religioso do partido é patente. Segundo o programa, a providência divina indica o caminho do partido, que toma como seus os valores fundantes do *Evangelho*. Transforma-se, apesar de se tentar negar, o exercício do poder político em missão confessional, de vez que, sendo a relação entre a Nação e Cristo intrínseca e inseparável, é o povo brasileiro religioso e igualmente devem ser seus representantes, tendo Deus em sua vida.

Depois, em culto às tradições, o programa exalta os brasileiros ilustres do passado, que deixa de indicar, os quais denomina de fundadores e formadores do Brasil, em pura imitação da figura dos pais fundadores da nação norte-americana.

Posso lembrar duas figuras de nossa República, Rui Barbosa e Campos Sales. Rui há um século, na campanha presidencial de 1919, proferiu importante discurso sobre a questão social. Dizia o mestre: "Estou, senhores, com a democracia social (...) que quer assentar a felicidade da classe obreira não na ruína das outras classes, mas na reparação dos agravos a que ela até agora tem curtido. Aplaudo no socialismo o que tem de são, de benévolo, de confraternal, de pacificador".

Campos Sales, por sua vez, ensinava não ser importante "saber o que é popular, mas sim o que é razoável e justo, sendo um dos deveres do homem de Estado combater as ilusões populares, mesmo à custa do poder e das posições". Não parece que o bolsonarismo siga as lições desses importantes personagens do passado.

O programa, portanto, de ideias retrógradas, desconhece as mudanças significativas do pensamento político, ignora até mesmo a lição de Rui de cem anos atrás, para fazer do socialismo um bicho-papão, explorando ilusões populares e ignorando deliberadamente toda a evolução do socialismo, que, como bem acentua Antônio Paim (*O Socialismo Brasileiro*, vol. II, pág. 18), teve papel notável na História do Ocidente por seu substrato moral.

**CONTINUA**

07 DEZ 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Doutra parte, no plano econômico, o programa adota como única solução a liberdade do mercado, que se autorregula, pois “a liberdade econômica não se contrapõe à existência da moral”. Todavia sem diretrizes de cunho social, num país pobre e desigual como o nosso, a receita neoliberal só aumentará o desnível das classes sociais.

Por fim, cabe destacar que o programa volta aos anos 30 do século passado ao se referir ao homem e ao desenvolvimento integral. Meu pai, integralista na juventude, posteriormente, em diversas obras, como *Pluralismo e Liberdade*, adotou o pensamento liberal-social, por via do qual se respeita o mercado como agente de produção de riquezas, reservando, contudo, ao Estado, em especial à União, o papel de articulador e promotor de políticas sociais fundamentais em áreas como saúde e educação, criando rede de saneamento básico e valorização dos docentes, promovendo políticas de inclusão social nas periferias das grandes cidades.

Mas para Bolsonaro e os “pensadores” que o cercam importa antes explorar o radicalismo imperante, açular as ilusões, gritar sua fé em Deus que abrirá os caminhos para a destruição de perigosos inimigos. Em defesa da razão, resta apenas conclamar: iluministas do Brasil, uni-vos.

●  
ADVOGADO, PROFESSOR TITULAR  
SÊNIOR DA FACULDADE DE  
DIREITO DA USP, MEMBRO DA  
ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS,  
FOI MINISTRO DA JUSTIÇA

08 DEZ 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

# Ainda há juízes em Brasília

**É** conhecida a história do moleiro de Sans-Souci, escrita em forma de poema por François Andrieux no século 18. Nela, o moleiro se nega a vender seu moinho ao rei Frederico 2.º da Prússia, interessado em usar o terreno para expandir um palácio. O monarca, então, ameaça tomar a propriedade à força, ao que o moleiro responde: “Como se não houvesse juízes em Berlim!”. Ou seja, o moleiro acreditava na capacidade da Justiça de fazer valer o que está na lei – a proteção do direito à propriedade contra o arbítrio do rei.

Pode-se dizer, como fez o moleiro prussiano, que ainda há juízes em Brasília, a lembrar aos espíritos autoritários que o limite de seus arroubos é a lei. Foi o que fez na quarta-feira passada o juiz Marcus Vinicius Reis Bastos, da 12.ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, ao absolver os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, além dos ex-ministros Antonio Palocci e Guido Mantega e o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, da acusação de formação de quadrilha.

O magistrado não absolveu os réus de outras – e cabeludas – acusações de corrupção e lavagem de dinheiro, que constam em processos que ainda estão em curso ou já resultaram em condenação. O quinteto petista decerto ainda terá muitas contas a prestar à Justiça.

Isso não significa, contudo, que os citados no processo, “na

qualidade de membros do Partido dos Trabalhadores, com vontade livre e consciente, de forma estável, profissionalizada, preordenada, com estrutura definida e com repartição de tarefas, constituíram, integraram e estruturaram uma organização criminosa, com atuação durante o período em que os dois primeiros denunciados sucessivamente titularizaram (*sic*) a Presidência da República, para cometimento de uma miríade de delitos, em especial contra a administração pública em geral”, conforme a denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em 2017.

Na ocasião, a PGR era chefiada por Rodrigo Janot, sob cuja administração setores do Ministério Público aplicavam métodos heterodoxos – não raro ao arrepio dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos – para atingir o fim desejado por vários procuradores, em especial alguns envolvidos na Operação Lava Jato: purgar o Brasil dos políticos corruptos; que, na elástica definição desses cruzados, eram quase todos.

Ao absolver os réus petistas, o juiz Reis Bastos seguiu o entendimento do próprio Ministério Público Federal (MPF) – que, chamado agora a se manifestar sobre a denúncia original, declarou que “não se verificam os elementos configuradores da dita organização criminosa, pois não se observa a consolidação de um grupo, estável e estruturado, voltado para a prática delitiva, com repartição de tarefas e metodologia estru-

turada”. Decerto, diz o MPF, há “narrativas de práticas criminosas que estão sendo apuradas em processos autônomos”, mas, “do conjunto das narrativas, não se pode extrair, com segurança, que haveria uma estrutura organizacional estável” integrada pelos denunciados, “tampouco que a união desses atores políticos tivesse o propósito de cometimento de infrações penais visando um projeto político de poder”.

Com base nessas ponderações, o juiz Reis Bastos concluiu, corretamente, que “a denúncia apresentada, em verdade, traduz tentativa de criminalizar a atividade política”, apresentando a suposição de que houve formação de quadrilha “como sendo a ‘verdade dos fatos’ sem sequer se dar ao trabalho de apontar os elementos essenciais à caracterização do crime de organização criminosa”.

O mesmo juiz já havia absolvido o ex-presidente Michel Temer da acusação de obstrução da justiça no caso da gravação feita pelo empresário Joesley Batista, tratado de forma escandalosa por Rodrigo Janot e que atirou o País em seriíssima crise. Na ocasião, o magistrado entendeu, com razão, que “a prova sobre a qual se fia a acusação é frágil e não suporta sequer o peso da justa causa para inauguração da instrução criminal”.

Esses exemplos mostram que felizmente resiste, em meio à gritaria moralista, a consciência de que, para que haja justiça de fato, é preciso respeito incondicional à lei.

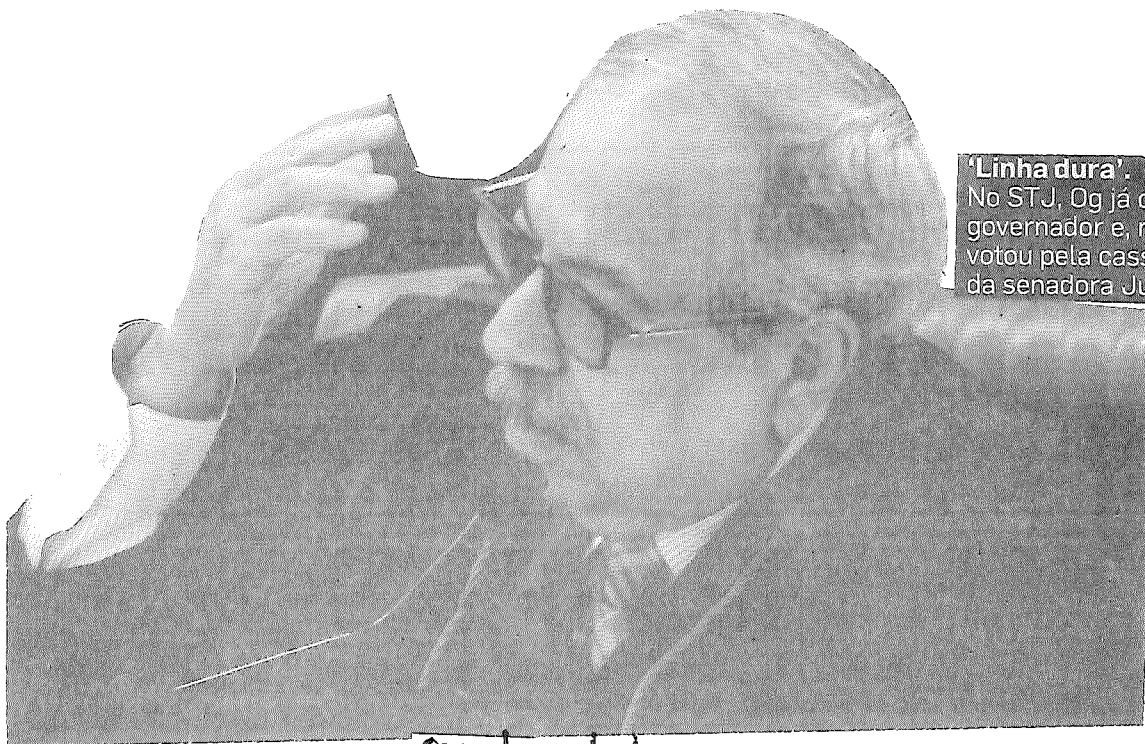
O ESTADO DE S. PAULO

GERALDO OG FERNANDES

Geraldo Og Fernandes, ministro do STJ e do TSE

08 DEZ 2019

# Ministro que prendeu juiz evita fama de herói



**'Linha dura'.**  
No STJ, Og já condenou governador e, no TSE, votou pela cassação da senadora Juíza Selma

Caso de venda de sentenças no TJ da Bahia e atuação no TSE levam o discreto Og Fernandes ao centro das atenções

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

# 08 DEZ 2019

Breno Pires  
Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

Geraldo Og Fernandes, de 68 anos, um dos 33 ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), valoriza andar nas ruas sem ser reconhecido. Essa condição, no entanto, será colocada à prova após ações de grande interesse público e repercussão no meio político que entraram no fluxo cotidiano de seus gabinetes, no STJ e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde acumula a função de corregedor-geral. Do inquérito de venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia às ações que podem cassar o presidente Jair Bolsonaro e a senadora Juíza Selma (Podemos-MT), passando pela controvérsia sobre a coleta de assinaturas digitais para criar novos partidos, Og estará no centro das atenções.

Uma placa no hall de entrada do gabinete anuncia, com uma frase de Caetano Veloso, a origem do ministro: “Onde queres Leblon, sou Pernambuco.” No gabinete onde foram assinadas as decisões que colocaram atrás das grades uma ex-presidente do TJ baiano, o símbolo da Justiça na mitologia grega, a deusa Thêmis, é representada como cangaceira. No quadro, feito sob encomenda a um artista conterrâneo, a balança é preenchida por cajus e bananas e a espada é substituída por uma faca peixeira.

Em tempos de pressão por uma CPI da Lava Toga, o ministro rejeita a alcunha de caçador de magistrados. Ele afastou seis integrantes do TJ baiano, incluindo o atual presidente, e prendeu também um juiz e a desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago. Mas ressalta que, como juiz, só decide de acordo com as informações oferecidas pelo Ministério Público Federal. “O Brasil não precisa de heróis. Precisa de juízes. Precisa de homens que cumpram o seu dever”, afirmou Og, que aceitou conversar com o Estado com a

condição de não falar sobre a investigação sigilosa na Bahia. Um colega de STJ aposta em uma postura mais “linha dura” do ministro no inquérito. O perfil de Og, no entanto, é moderado. É visto entre os pares como “sereno, discreto, de espírito leve, sem ser formal”.

Na principal sentença da Corte Especial do STJ este ano, Og deu um dos oito votos pela condenação do governador do Amapá, Waldez Góes (PDT), a seis anos e nove meses de reclusão. Para a classe política em Brasília, no entanto, a toga mais temida de Og, no momento, é a de ministro do TSE. Na terça-feira ele votou pela cassação da senadora Selma Arruda (Podemos-MT). Duas semanas antes, votou pela rejeição de uma consulta sobre a possibilidade de se coletar assinaturas digitais para criar partidos. Apontou que a questão é administrativa e não deveria ser analisada pelo TSE por meio de uma consulta. Foi vencido. O plenário deu a autorização, desde que haja regulamentação – ainda assim uma boa notícia para o presidente Jair Bolsonaro, disposto a tirar do papel o Aliança pelo Brasil.

**Repórter.** Og também é relator das ações que podem levar à cassação do presidente da República e do vice Hamilton Mourão por envolvimento em disparos em massa de mensagens na campanha eleitoral de 2018. O TSE deve julgar o caso no próximo ano.

Antes de proferir decisões, o ministro reportou dezenas delas quando atuava como repórter no Diário de Pernambuco nos anos 1970. Cursou Comunicação Social e Direito ao mesmo tempo e, após nove anos, arquivou o jornalismo para assumir, em 1981, uma cadeira de juiz no Tribunal de Justiça. O jornalista Aldo Paes Barreto, que foi seu editor, recorda que Og era comedido, preciso nas informações, e entregava um texto enxuto que não exigia revisão.

Sobrinho e primo de jornalistas, o ministro costuma comentar que tem o ofício no “DNA”. Seu lado comunicador voltou a aflorar quando aderiu ao Twitter, canal que usa para prestar contas, lançar questionamentos e fazer sugestões de leituras de textos históricos, culturais e de direito. Um dos poucos integrantes de tribunais superiores que mantém conta ativa no Twitter, Og tem 16,4 mil seguidores. São concourseiros, advogados, jornalistas, fãs de esporte – e até autores de ações que mandam mensagens sobre os casos que estão no gabinete à espera de uma decisão. “Virou uma espécie de ouvidoria”, disse.

“O que é que está acontecendo com a magistratura, com a condição humana de ser juiz, quais são as vicissitudes?”, indagou o ministro na primeira de suas participações semanais na Rádio Justiça, iniciadas em março, no quadro “Cabeça de Juiz” – mesmo nome do livro que publicou em 2018. O estresse de magistrados foi o tema do primeiro episódio – do qual a fala acima foi retirada – e a poesia de Manuel Bandeira, o último. Outra paixão do ministro tem cores rubro-negras: o Sport Club do Recife. É assistindo aos jogos do time que o comedimento de magistrado fica de lado. “Sou fanático. Só não xingo o juiz.”



# O ESTADO DE S. PAULO

## COLUNA DO ESTADÃO

## 08 DEZ 2019

### Câmara propõe novo trânsito em julgado

**E**m linhas gerais, a ideia da cúpula da comissão especial da Câmara instalada semana passada para analisar a PEC da segunda instância é: se a nova lei valerá para prender, valerá também para receber. Ou seja, a mudança do trânsito em julgado não pode ser restrita apenas à esfera criminal, mas também aos processos dos âmbitos cível e tributário. Se for mantida até o fim, a proposta exigirá dos governos e do empresariado posições mais claras e definidas sobre o tema. O passado, porém, ficará no passado: a nova ordem só afetaria processos futuros.

● **Daqui...** Como diria o personagem Odorico Paraguaçu, de Dias Gomes (1922-1999), a transferência do trânsito em julgado para a segunda instância afetaria só o “prafrentemente”.

● **...pra frente...** A exclusão do “pratrasmente” da pro-

### PRONTO, FALCI!



**Marcelo Ramos**

Presidente da comissão especial da Câmara

“A PEC da Câmara é mesmo inviável para a senadora, afinal, ela estaria cassada porque foi condenada em segunda instância”, sobre críticas de Juíza Selma.

### SÔNIA RACY

#### RESPONSABILIDADE SOCIAL

● O Grupo Mulheres do Brasil organiza caminhada pelo fim da violência contra a mulher. A concentração acontece na Praça do Ciclista, na Avenida Paulista. Hoje.

# Dia Internacional de Combate à Corrupção

**N**este mês de dezembro inúmeras manifestações e eventos marcam o Dia Internacional de Combate à Corrupção. Sobre esse grave delito, que afeta, empobrece, mantém na miséria e mata milhões de pessoas em todo o planeta, muito se poderia relatar trazendo uma lista significativa de medidas e de campanhas que no Brasil, em 2019, têm procurado neutralizar e mesmo destruir as instituições e as pessoas dedicadas ao seu combate.

Por outro lado, seria possível ressaltar o entusiasmado apoio que o povo brasileiro tem dado aos agentes públicos encarregados da difícil tarefa de enfrentar esse crime contra a humanidade de cujas vítimas não conhecemos o rosto, mesmo porque pertencem a nada menos que dois terços da humanidade. Os efeitos devastadores da corrupção são evidentes em todo o mundo. Por isso é necessário pensar nas causas desse flagelo.

No âmbito dos diversos países verifica-se uma diferença grande na prática desse tipo de ilicitude. Nas nações civilizadas, com presença marcante da sociedade civil nos destinos do país e ordenamento jurídico fundado na ética e no interesse público, a corrupção é epissódica e não sistêmica. Já nos países com fraca presença da sociedade civil, ou seja, com a onipresença do Estado, a corrupção é claramente sistêmica, ultrapassando as práticas criminosas das propinas para se instituir nas leis e na própria Constituição.

Afinal, o que é um fenômeno sistêmico? É o que cria, ele próprio, sua continuidade, permanência, persistência e expansão. Reproduz-se naturalmente. Essa corrupção sistêmica

**Grave delito que afeta, empobrece, mantém na miséria e mata milhões de pessoas no planeta**

acaba por se tornar estrutural, fazendo parte dos fundamentos e das bases do Estado.

Nos países do Terceiro Mundo e nos emergentes temos três espécies de corrupção sistêmica: a corrupção constitucionalizada, a legalizada e a criminalizada.

E o que se entende por estrutural, nesse contexto?

São as bases institucionais que condicionam a vida social, mediante o modelo político expresso no sistema normativo-administrativo.

No Brasil a corrupção é claramente sistêmica e, por isso, estrutural a partir exatamente do modelo institucional, como se pode ver na Carta de 1988.

Sem uma profunda reforma política e administrativa será muito difícil mudar a fonte da corrupção. Pode-se combatê-la eficientemente, como se tem feito no Brasil nos últimos cinco anos. Difícilmente, no entanto, teríamos bases estruturais capazes de mudar a cultura dessa prática criminosa, que destrói vidas, oportunidades e esperanças. Para tanto cabe desde logo lembrar a necessidade de extinção do foro privilegiado por exercício de função, fonte de impunidade que produz todas as práticas corruptivas dos potentados da política.

Quanto ao Supremo Tribunal Federal (STF), deve ser estabelecido que os ministros serão automaticamente nomeados pela regra do decanato, com um mandato de oito anos. Ou seja, as vagas serão preenchidas pelos ministros mais antigos em

exercício no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A mesma regra de decanato valerá para os demais tribunais superiores. Nada de nomeação política, como atualmente. Também o STF terá competência unicamente de declaração de constitucionalidade das leis, deixando de ser uma instância recursal que trata de todas as demandas, incluídas as de habeas corpus.

A outra medida é proibir a reeleição para qualquer cargo eletivo nas eleições seguintes. A reeleição é nefasta por várias razões, principalmente por propiciar as mais variadas formas de corrupção.

Deve ser vedada a qualquer representante eleito a nomeação para cargo de ministro de Estado ou para qualquer outra função no âmbito do Poder Executivo. A mesma proibição se aplica nas esferas dos Estados e municípios.

Outra mudança estrutural necessária: o voto distrital puro, permitindo o controle dos eleitores sobre seus eleitos, inclusive com o direito de *recall* a cada dois anos, por ocasião das eleições gerais e municipais. Também as candidaturas independentes se impõem, para se dissolver a partidocracia instituída pela Constituição de 1988.

A eliminação do Fundo Partidário e do fundo eleitoral são medidas de moralização pública, fazendo com que os partidos políticos assumam o seu papel institucional e recobrem a sua relação com a sociedade civil e os seus eleitores, que deverão ser a única fonte de seus recursos. Outra providência constitucional imprescindível: a extinção das emendas parlamentares, fonte sistêmica de corrupção.

**CONTINUA**

09 DEZ 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Por outro lado, o seguro de obra, de 100% do seu valor (*performance bonds*), adotado nos Estados Unidos desde 1896, constitui o antídoto para a corrupção em obras públicas, pois quebra a interlocução direta dos agentes públicos com os empreiteiros licitantes e contratados. A seguradora assume, ademais, o prosseguimento da obra em caso de inadimplência da construtora.

Ainda no aspecto da administração do Estado, é fundamental que se declare que o direito adquirido não pode prevalecer sobre o interesse público no que tange aos agentes públicos. O Banco Mundial, no seu célebre relatório de 2017, apontou esse direito como o maior responsável pelos enormes e absurdos privilégios dos agentes políticos e administrativos em nosso país.

Nesse mesmo assunto, a extinção da estabilidade ampla, geral e irrestrita dos 13 milhões de servidores públicos se impõe, para que se possa estabelecer um regime de isonomia de direitos entre os que trabalham no setor público e no privado.

E, finalmente, o regime de transparência das atividades governamentais, a tempo presente e com leitura prévia, deve ser aprofundado com o sistema de robotização, capaz de abranger todos os setores da administração pública a um só tempo.

A lista não se esgota aqui. Contudo essas medidas acima devem ser adotadas para que o Brasil saia da lista dos países sistematicamente corruptos.

Uma nova Constituição cada vez mais se faz necessária.



# O ESTADO DE S. PAULO

## TJ aceita denúncia contra PM que matou menina

O Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) aceitou a denúncia do Ministério Público contra o policial militar Rodrigo José de Matos Soares, acusado de matar Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, no Complexo do Alemão, zona norte, em setembro. Assim, o agente se tornou réu no processo. O policial também foi afastado das ruas e teve o porte de arma suspenso.

Na decisão, datada de quinta-feira, a juíza Viviane Ramos de Faria ressaltou que o policial fez disparos contra pessoas que, a princípio, “não representavam perigo a agentes da segurança pública ou a terceiros, acabando por ceifar a vida de uma criança de apenas 8 anos de idade, deixando, inclusive, de prestar socorro a ela”. “Com efeito, a gravidade concreta do delito e a imperiosa necessidade de se impedir a reiteração de condutas dessa natureza consubstanciam requisitos autorizadores das medidas cautelares pleiteadas”, escreveu a magistrada.

**Crime.** A morte de Agatha aconteceu no dia 20 de setembro, por volta de 21h30, na comunidade da Fazendinha. De acordo com a denúncia, o PM estava em serviço quando atirou de fuzil contra duas pessoas não identificadas que trafegavam em uma motocicleta, por acreditar que fossem traficantes. Ágatha estava dentro de uma Kombi, acompanhada da mãe, quando foi atingida pelo fragmento de um projétil.

Para os promotores, o crime foi cometido por motivo torpe e mediante recurso que dificultou a defesa das vítimas, em um momento pacífico na localidade, com movimentação normal de pessoas e veículos. A denúncia ressaltou que a investigação conduzida pela Polícia Civil rechaçou a tese de legítima defesa apresentada por Soares, uma vez que não houve agressão aos policiais, ficando assim, segundo o MP, demonstrada “ação violenta, imoderada e desnecessária”. / FELIPE CORDEIRO

09 DEZ 2019

O ESTADO DE S. PAULO 09 DEZ 2019  
VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS

Victor Luiz dos Santos Laus, presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4)

# ‘Advogado da Lava Jato nunca questionou mérito’

## ● **Forma x conteúdo**

“Existem muitos profissionais que se rotulam como garantistas. Garantismo é uma doutrina que nós conhecemos. Mas quando se faz a tradução para o Brasil, o brasileiro tem essa mania de sempre dar um verniz barroco às tradições e aos conceitos.”

“Os advogados que se apresentam como garantistas, na realidade são advogados que dão uma ênfase à forma, e não ao conteúdo (...) Eu não posso idealizar a forma e sacrificar o conteúdo. A verdade é essa.”



Cargo. Presidente do TRF-4, Santos Laus integrou turma que analisou casos da Lava Jato

CONTINUA

Presidente do TRF-4 afirma que, em cinco anos, jamais ouviu um defensor dizer: 'Meu cliente é inocente'

**Luiz Maklouf Carvalho**

ENVIADO ESPECIAL / PORTO ALEGRE

O presidente do Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região (TRF-4), Victor Luiz dos Santos Laus, disse ao Estado durante entrevista em seu gabinete, em Porto Alegre, na última terça, que em cinco anos como integrante da 8.<sup>a</sup> Turma, julgando decisões da primeira instância da Operação Lava Jato, “nunca” ouviu “um advogado fazer uma defesa de conteúdo material” – ou seja, de mérito – dos clientes condenados na primeira instância, pelo então juiz Sérgio Moro, entre eles o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Nunca um advogado disse ‘meu cliente é inocente, meu cliente não tem nada a ver com isso, não há uma prova nesse processo’”, disse o desembargador-presidente. “O que eu fiquei ouvindo, durante cinco anos, foi: ‘há uma nulidade, porque aquele documento é preto, e devia ser verde; aquele portão não abriu, mas devia ter aberto; ah, porque o juiz espirrou em vez de tossir; ah, porque o promotor falou muito alto, e o meu cliente ficou com medo...’”

O Estado perguntou se não estava exagerando – já que diversos advogados efetivamente questionaram o mérito – mas ele repetiu: “Nunca ouvi uma defesa de conteúdo material – e nós, como juízes, não podemos idealizar a forma e sacrificar o conteúdo. A verdade é essa.”

Santos Laus, um solteiro de 56 anos, é desembargador do TRF-4 desde o penúltimo dia de 2002, 30 de dezembro, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso o escolheu, de uma lista tríplice. Tinha 16 anos de Ministério Público – seis no estadual, dez como procurador da República.

Virou um personagem nacionalmente mais conhecido no começo de 2018 quando a 8.<sup>a</sup> Turma, que integrava, passou a julgar as decisões de primeira instância da Operação Lava Jato. O julgamento de maior repercussão do qual participou foi o do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve confirmada e aumentada a sentença de primeira instância que o condenou por lavagem de dinheiro e corrupção passiva no caso do triplex do Guarujá, da qual continua recorrendo.

Santos Laus foi eleito presidente do TRF-4 em abril passado, com 17 dos 27 votos possíveis. Desde junho, comanda uma máquina que atua em três Estados – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná –, com cinco mil funcionários ativos, mil aposentados, e orçamento anual em torno de R\$ 5 bilhões.

Catarinense de Joaçaba, é um dos cinco filhos de um advogado de descendência alemã que foi preso político, por 32 dias, e teve cassado seu registro profissional pela ditadura que derrubou o presidente João Goulart, do qual era um quadro de confiança. “Foram tempos difíceis”, comentou o desembargador, lembrando os dez anos em que a família se mudou para São Paulo, em busca de dias melhores.

O pai tem 90 anos, está alquebradamente bem, e o filho pede que não se publique o nome, “por segurança”. A mãe, descendente de portugueses, é cirurgiã-dentista aposentada, com 84 anos. Uma de suas pinturas florais ornamenta uma das paredes do amplo gabinete presidencial de 115 metros quadrados, com ampla vista para o estuário do Rio Guaíba, no 9.<sup>o</sup> andar da sede do TRF-4.

É de lá que o desembargador exerce seu novo desafio – com a ajuda de um buda dourado que decora uma das colunas, e de uma mandala, ambos trazidos pelo novo dono do pedaço. “Sou um iluminista, um espiritualista”, explicou. “Acre-

dito que nós somos energia, basicamente, e que energia boa atrai energia boa. É assim desde sempre. Isso é da física quântica, meu caro.”

Pode parecer pernóstico, mas é apenas o que sobrou do Victor Luiz que pretendia ser físico nuclear e trabalhar na Nasa antes de passar em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina. Comente-se algo como “o pessoal do Lula teria gostado”, e ele complementar, ligeiro e bem-humorado: “Principalmente se eu estivesse num foguete”.

Santos Laus deu uma entrevista de quatro horas – um recorde para quem nunca concordou nem com dois minutos. “Agora, como presidente, eu tenho que falar”, afirmou, declarando-se um “progressista-humanista”.

● O que o sr. achou do resultado do recente julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no caso do sítio de Atibaia, em que a 8.<sup>a</sup> Turma confirmou e aumentou a sentença condenatória da primeira instância?

Eu estive no âmbito da Operação Lava Jato desde o seu nascedouro. Todos os julgamentos foram uma radiografia do que estava nos autos. No processo do sítio de Atibaia existiam elementos documentais e materiais que sustentavam a acusação feita pelo Ministério Público. O juízo condenatório era uma imposição. Restava resolver a dosagem de pena.

● A decisão sobre o sítio de Atibaia, elogiada por um lado, foi, também, uma das mais atacadas. O advogado do ex-presidente Lula disse, por exemplo, que o TRF-4 “julgou o Lula como inimigo”.

Existem na doutrina penal vários autores que usam a expressão “Direito Penal do inimigo”. É uma construção doutrinária que entende que a norma penal tem apenas o conteúdo de punir alguém, de perseguir alguém. Essa é a visão maniqueísta. Quem não professa essa doutrina compreende que o Direito Penal tem um conteúdo retributivo e civilizatório.

**CONTINUA**

● Há um grupo de juristas, numeroso e representativo, chamado Prerrogativas, que fez várias críticas ao julgamento. Afirmou, por exemplo, que a 8ª Turma foi "parcial, ignorou fatos, sacramentou o plágio", e por aí vai. É uma visão diametralmente oposta a isso que o sr. entende como verdade.

É o que eu compreendo como estando nos autos.

● No caso do julgamento do triplex do Guarujá – do qual o sr. participou – também há entendimentos contrários à decisão do Tribunal. Como também há os francamente favoráveis. Por que que é assim?

Assim como tem esse chamado Direito Penal do inimigo existe também o movimento garantista. Existem muitos profissionais que se autodefinem ou se rotulam como garantistas. Garantismo é uma doutrina que nós conhecemos. Mas, quando se faz a tradução para o Brasil, o brasileiro tem essa mania de sempre dar um verniz barroco às tradições e aos conceitos.

● De que categoria o sr. está falando?

Os advogados, por exemplo, que se apresentam como garantistas, na realidade são advogados que dão uma ênfase à forma, e não ao conteúdo. Aí a discussão é outra. Vale o conteúdo material ou o conteúdo formal? Em cinco anos de Operação Lava Jato, julgando casos na então 8ª Turma, eu nunca ouvi uma defesa de conteúdo material. Nunca ninguém disse "meu cliente é inocente, meu cliente não tem nada a ver com isso, não há uma prova nesses processos". Eu fiquei durante cinco anos ouvindo: "há uma nulidade, porque aquele documento foi feito preto, e devia ser verde; aquele portão não abriu, mas devir ter fechado; ah, porque o juiz espirrou em vez de tossir; ah, porque o promotor falou muito alto, o meu cliente ficou com medo porque ele tossiu..." Eu não

posso idealizar a forma e sacrificar o conteúdo. A verdade é essa.

● Não é um exagero o sr. afirmar que nunca ouviu, em cinco anos, um advogado da Lava Jato defendendo a inocência do cliente, no mérito?

Nunca ouvi.

● O que nós temos na praça é que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, antes de ser preso, e agora em liberdade, fez e continua a fazer um discurso forte e radicalizado contra as decisões que o condenaram, criticando o mérito, e não a forma...

Está no direito dele.

● Que contesta, diretamente, tudo isso que o sr. está dizendo.

Diz que não tem provas contra ele, que é inocente, que foi alvo de injustiça. Como o sr. entende essas afirmações?

Existe um princípio, em Direito, que é o princípio da não autoincriminação. Ninguém pode ser obrigado a se autoincriminar. A partir dessa concepção, todo o réu tem direito a discordar da decisão. Então, no caso do ex-presidente, ele tem todo o direito, deve ter as suas razões, sejam elas quais forem, de discordar da decisão. Agora, o advogado dele já é diferente. Do advogado dele eu não esperaria esse tipo de comentário.

● Irá a julgamento, no Supremo Tribunal Federal, o processo em que a defesa do ex-presidente Lula argui a suspeição do ex-juiz Sérgio Moro, hoje ministro da Justiça, entre outras coisas baseada nos diálogos divulgados pelo site The Intercept Brasil. Qual é a sua posição neste caso? Eu vou ficar pregando no deserto – mas, para mim, prova ilícita é prova ilícita. Os áudios obtidos pelo The Intercept são alvo de prova ilícita. Não se prestam a alimentar qualquer investigação, muito menos uma condenação, muito menos uma arguição de suspeição.

09 DEZ 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

### COLUNA DO ESTADÃO

## Ala do TSE quer acelerar assinatura eletrônica

**A**pesar das sinalizações de Rosa Weber pela impossibilidade de adotar a curto prazo a coleta de assinaturas digitais para a criação de novos partidos, uma ala de ministros do TSE avalia ser possível convencê-la do contrário. Acreditam que, se Rosa determinar, os técnicos do tribunal poderão elaborar o texto até dia 20 de dezembro, quando começa o recesso do Judiciário. A equipe jurídica do novo partido de Jair Bolsonaro, Aliança pelo Brasil, está otimista quanto ao prazo – são necessárias 491 mil assinaturas até março, para disputar as eleições de 2020.

● **Correndo...** Advogados que acompanham o julgamento e ex-membros do tribunal veem o prazo com ceticismo. Um deles aponta como problemática a elaboração de uma nova resolução sem realizar antes audiências públicas.

● **...depois.** Realizá-las ou não fica a critério do relator do caso, não é obrigatório. Mas, além de ser praxe, há um prazo mínimo de 15 dias para divulgação, o que por si só já inviabilizaria a resolução antes do recesso.

● **Ué!** Ministros do TSE também comemoraram o posicionamento do tribunal a respeito de candidaturas eletrônicas (favorável à medida, mas com restrições). Acham que o debate seria politizado e reforçaria os ataques à urna eletrônica.



# GAZETA DO POVO

## JOÃO FREY

### O parlamento em nova temporada na Ópera de Arame

07 DEZ 2019

**N**a semana passada, os deputados estaduais do Paraná protagonizaram a segunda temporada de sessões parlamentares no palco da Ópera de Arame. Tal como fizeram os vereadores de Curitiba, em 2017, os deputados se isolaram na casa de espetáculos para uma performance grotesca. Com a Polícia Militar na plateia, na bilheteria e nos camarins, os parlamentares encenaram uma sessão plenária, que, apesar do jeito de ensaio, teve resultados concretos, o principal deles a aprovação de uma reforma na Previdência dos servidores estaduais.

Apesar de a faceta um tanto absurda do teatro ensejar uma análise simplória de acusação ao governo, aos deputados ou aos sindicalistas que invadiram o plenário da Assembleia Legislativa — a depender do ponto de vista do acusador — é importante entendermos o caminho que fez da política local esse triste espetáculo.

Nos últimos anos — especialmente após a crise fiscal que assolou os estados brasileiros — o gasto com servidores ativos e inativos do estado tem crescido em ritmo superior ao da receita. Especialmente durante a gestão do ex-governador Beto Richa (PSDB), o Palácio Iguaçu insistiu na narrativa de que esse crescimento era derivado de aumentos salariais irresponsáveis concedidos aos servidores públicos. Houve até uma tentativa patética de distorcer dados públicos para insinuar que era comum que professores recebessem salários maiores que prefeitos no interior do Paraná.

Essa tese desconsidera o fato de que, especialmente no Executivo, o aumento na despesa com pessoal não tem apenas relação com aumentos salariais, mas também com a expansão da oferta de serviços públicos, conforme demanda da população. Lembremos que a maior parte dos servidores ligados ao Executivo são professores e policiais.

Outro dado que evidencia a fragilidade dessa narrativa em que Richa insistiu — e que deixou herdeiros no Palácio Iguaçu — é a média salarial no Poder Executivo. Enquanto funcionários da Assembleia Legislativa recebem, em média, R\$ 10 mil; do Tribunal de Justiça, R\$ 11 mil; do Ministério Público, R\$ 18 mil; e do Tribunal de Contas, R\$ 22 mil; o salário médio no Executivo é de R\$ 5 mil.

Não é justo nem razoável, portanto, que tratemos os servidores públicos do Paraná como marajás.

Acontece que essa retórica na qual os governantes vêm insistindo há um tempo gerou forte animosidade na relação com os servidores. A partir dessas provocações o diálogo foi ficando cada vez mais inviável, os acordos mais distantes, e a desconfiança virou a tônica da relação entre o governo do Paraná e seus servidores.

A esse movimento quase subjetivo, somaram-se fatos objetivos: o não pagamento dos reajustes salariais devidos, a cicatriz deixada pela Batalha do Centro Cívico, em 29 de abril de 2015, o abismo que se abriu entre as carreiras dos diferentes poderes e o fim de benefícios aos servidores, entre eles a licença-prêmio, extinta no Executivo, mas mantida no Tribunal de Justiça e em vias de ser recriada para o Ministério Público.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

07 DEZ 2019

O último ingrediente nesse caldo de intolerância entre o governo e os servidores é uma excessiva subserviência da Assembleia Legislativa ao governo do Paraná. Ao aprovar em apenas 15 dias uma reforma que tem efeitos práticos na vida das pessoas — sem abrir possibilidade para discussões — a Assembleia impede que as vozes moderadas falem. E aí só resta o grito aos que se sentem prejudicados. Ao contrário do que a maioria dos deputados quer fazer crer, a negociação e a participação de opiniões divergentes não são um detalhe no processo legislativo.

Todo esse percurso levou os sindicalistas a encararem com normalidade a invasão da Assembleia Legislativa. Não há como negar, nem como aceitar, as cenas de violência causadas pelos manifestantes na semana passada.

Diante de todo esse contexto, governo e Assembleia precisaram, mais uma vez, recorrer ao triste expediente de votarem questões relevantes fora da sede do Poder Legislativo, sob ostensiva proteção da Polícia Militar. Que a sessão tenha acontecido num dos mais charmosos palcos da cidade, é um detalhe triste, mas que evidencia que se os processos decisórios forem apenas encenações para cumprir exigências legais, os atos públicos perdem legitimidade. ●

07 DEZ 2019

GAZETA DO POVO

PACOTE ANTICRIME

# Penas mais duras vêm aí

Pacote de Moro  
perdeu pontos  
importantes na  
tramitação, mas o  
ministro pretende  
insistir na reinclusão.



Após 10 meses de  
tramitação, projeto de leis  
que altera os códigos Penal  
e de Processo Penal passa  
por seu primeiro teste

CONTINUA

### BRASÍLIA

Kelli Kadanus

● A Câmara dos Deputados aprovou na última quarta-feira (4) o projeto de lei do pacote anticrime, que altera diversos dispositivos da legislação penal e de outras normas com vistas a endurecer o combate à violência, ao crime organizado e à corrupção. Recebeu o apoio de 408 deputados, que votaram a favor do relatório elaborado pelo grupo de trabalho, que unificou as propostas dos ministros da Justiça, Sergio Moro, e do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. O texto agora segue para apreciação do Senado Federal.

O projeto altera trechos dos Códigos Penal e de Processo Penal, além de outras leis como a de Execuções Penais e as que tratam da lavagem de dinheiro e dos crimes hediondos.

O grupo rejeitou a maior parte das propostas de Moro, que tentou até o último minuto ressuscitar pontos do projeto original. O ministro da Justiça também era contra a inclusão, no pacote, da figura do juiz de garantias, mas os deputados mantiveram a previsão por 256 votos a 147. Pelas novas regras, o juiz que fiscaliza a produção de provas, autorizando quebras de sigilo e decretando medidas cautelares, por exemplo, não será o mesmo que vai conduzir a ação penal contra os denunciados.

O pacote anticrime que Moro enviou à Câmara, em fevereiro, previa a prisão em segunda instância, a criação do plea bargain — espécie de acordo entre investigados e o Ministério Público — e alterações no excludente de ilicitude. Todos esses pontos foram derrotados já no grupo

de trabalho e não voltaram ao texto votado no plenário.

Mas nem tudo foi perdido: o texto que saiu do grupo de trabalho recebeu cinco alterações no plenário, como parte de um acordo para colocar o relatório em votação. São elas:

● A permissão para gravação de conversas entre advogado e preso em presídio de segurança máxima, desde que com autorização judicial fundamentada.

● A prisão após condenação por Tribunal do Júri, desde que a pena seja superior a 15 anos — penas abaixo de 15 anos podem gerar prisão imediata em casos excepcionais, com decisão fundamentada da Justiça.

● A infiltração de agentes para obtenção e produção de provas, desde que seja contra alguém que já esteja sendo investigado.

● A proibição de progressão de regime para presos ligados a organizações criminosas, desde que na condenação já tenha havido menção a essa ligação.

● Regras para a decretação da prisão preventiva, mas sem alterar o principal do que foi proposto pelo grupo: as prisões preventivas só podem ser decretadas se houver fatos novos e contemporâneos que as justifiquem.

Segundo o relator da proposta, deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), “várias leis foram modificadas sempre seguindo o espírito do projeto encaminhado pelos ministros Alexandre Moraes e Sergio Moro no sentido de endurecer a lei contra os criminosos, sobretudo contra o crime organizado, contra os crimes violentos e contra a corrupção”.

A negociação não foi fácil e até poucos minutos antes

da votação o texto ainda sofria mudanças, como nas regras de decretação de prisão preventiva. Pelo novo texto, a prisão só poderá ser decretada se for fundamentada com fatos novos e contemporâneos. Os deputados retiraram do relatório outras regras, como a previsão para prisão preventiva de reincidentes e membros de organização criminosa, por exemplo.

### Trâmite longo e desgastante

A aprovação do pacote anticrime acontece após longos dez meses de tramitação. O projeto original do ministro Sergio Moro foi apresentado em fevereiro, logo após a nova legislatura do Congresso tomar posse. A proposta chegava com a chancela do ex-juiz da Lava Jato, que condenou políticos e empresários investigados por corrupção.

Mas o pacote enfrentou resistências logo de início, pela inclusão da criminalização do caixa 2 eleitoral. Após um acordo com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, esse trecho foi excluído do pacote e apresentado de forma avulsa.

Mas a concorrência com a reforma da Previdência, prioridade número 1 do governo Jair Bolsonaro, deixou o pacote anticrime em segundo plano. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, decidiu criar um grupo de trabalho com vários deputados para debater a proposta e unificá-la com outro projeto, do ministro do STF Alexandre de Moraes, que já tramitava na Casa desde o ano passado. O colegiado tinha 90 dias para estudar o texto e propor modificações.

## CONTINUA

Moro chegou a demonstrar desconforto com isso e se queixou para Rodrigo Maia, o que causou atrito entre os dois. Em coletiva à imprensa, o presidente da Câmara disse que Moro era “apenas um funcionário do governo” e que o projeto dele era um “copia-e-cola” do projeto de Alexandre de Moraes.

Moro respondeu que, para alguns, “combate ao crime pode ser adiado indefinidamente”, mas não para o povo brasileiro, que deseja “viver em um país menos corrupto e mais seguro”. Aliados atuaram para apagar o incêndio e o ministro da Justiça recuou, entendendo que o pacote não poderia rivalizar com a Previdência e que a Câmara tinha o seu tempo.

O grupo de trabalho presidido pela deputada Margarete Coelho (PP-PI) e relatado pelo deputado Capitão Augusto (PL-SP) então realizou uma série de audiências e encontros para debater as duas propostas. No fim dos trabalhos, em outubro passado, o texto original de Moro foi desidratado e a maior parte do pacote encampou propostas apresentadas por Alexandre de Moraes.

Das 88 propostas de alteração na legislação, a maior parte (54 itens) foi aprovada pelo grupo, uma parte com alterações. Mais da metade das 53 propostas de Moro foi retirada do relatório final. O grupo rejeitou 28 itens propostos pelo ministro da Justiça.

Entre os pontos retirados pelo grupo estão a prisão após condenação em segunda instância; a criação do plea bargain; o excluente de ilicitude para policiais e alterações no conceito de legítima defesa.

## Lava Jato reclamou do texto que foi aprovado

● O procurador do Ministério Público Federal (MPF) e integrante da força-tarefa da Lava Jato, Roberson Pozzobon, usou as redes sociais para reclamar do conteúdo do pacote anticrime aprovado pela Câmara dos Deputados. O procurador criticou a retirada de vários pontos do projeto no relatório final que foi à votação, e a aprovação de restrições na decretação de medidas cautelares, como prisões.

O relatório votado na Câmara foi fruto de uma intensa negociação que durou meses. Um grupo de trabalho foi criado para analisar a proposta enviada pelo ministro da Justiça e o projeto apresentado pelo ministro Alexandre de Moraes. Mesmo com o relatório aprovado pelo grupo, houve uma longa negociação em torno de trechos do documento que foi aprovado em plenário na última quarta-feira (4). Até o último minuto, os deputados discutiram detalhes do texto.

Moro também se envolveu nas negociações e conseguiu reincluir no relatório pontos considerados importantes por ele.

Pozzobon reclamou de dois pontos retirados do relatório do pacote anticrime: prisão em segunda instância e plea bargain. O primeiro ponto já está tramitando de forma paralela na Câmara, através de uma proposta de emenda à Constituição. Há também um projeto de lei no Senado que altera o Código de Processo Penal (CPP) para permitir a prisão antecipada para cumprimento da pena.

No dia seguinte à aprovação, Moro disse que não iria desistir de inserir o plea bargain no projeto e que se o tema não for reincluído no pacote pelo Senado, vai apresentar um novo projeto no ano que vem.

**CONTINUA**

### **Prisão preventiva**

O pacote aprovado também trouxe novas regras para decretação de medidas cautelares, como prisões preventivas. Pozzobon reclamou da regra aprovada que proíbe uso exclusivo de delações premiadas para decretação de medidas cautelares. O procurador também criticou as alterações, consideradas “péssimas” por ele, em relação às prisões preventivas.

O novo texto deixa claro que a prisão só pode ser decretada se for baseada em fatos novos e contemporâneos.

Os deputados usaram como exemplo a situação do ex-presidente Michel Temer (MDB), preso em março pela Lava Jato do Rio de Janeiro. A prisão foi duramente criticada por juristas por não estar fundamentada em nenhum fato novo. O ex-presidente foi solto com um habeas corpus, voltou à prisão cerca de dois meses depois, com a revogação do HC, e foi colocado em liberdade por uma decisão unânime do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O artigo que tratava da decretação de prisão preventiva foi objeto de mudança até o último minuto na votação da Câmara e recebeu sugestões de Moro. Parte das previsões para decretação da medida foi excluída do relatório.

Um dos mais ferrenhos defensores do ministro da Justiça, o deputado Capitão Augusto (PL-SP), líder da bancada da bala, defendeu o relatório do grupo de trabalho no plenário antes da votação. Ele também pediu apoio às bancadas evangélica e do agronegócio.

“Dentro de uma Casa democrática, é o que nós temos para aprovar e não podemos negar que será, sim,

um avanço no combate à corrupção, a facções criminosas e aos crimes hediondos”, disse. Augusto foi relator do pacote no grupo de trabalho. “Praticamente, do que foi proposto, de 100%, esse relatório está contemplando algo em torno de 65% a 70% do pacote original. Então, dentro do meio político, é algo a se considerar”, disse Augusto.

O líder da bancada da bala defendeu o resultado do grupo de trabalho. “Ainda é o maior pacote anticrime aprovado desde a época da Constituinte. Nunca nessa Casa se aprovou um pacote desse tamanho. Nós trabalhamos com 16 leis. Meu relatório final teve mais de 200 páginas, algo altamente complexo”, afirmou. /

07 DEZ 2019

# GAZETA DO POVO

## COLUNA DO LEITOR

### **Pacote anticrime 1**

Um pacote desidratado. A Câmara jogou para a galera. Aprovou um pacote mutilado, uma caricatura do projeto de Sergio Moro. Uma cortina de fumaça. Não há nada para comemorar enquanto a prisão em segunda instância não virar realidade. Não somos trouxas!

Michel Lima

### **PACOTE ANTICRIME 2**

As leis produzem efeitos quando, no seu descumprimento, geram penas exemplares sem tanta enrolação, sem processos intermináveis que terminam pelo esgotamento de prazos. Até os bandidos dizem que o crime compensa, pois as penas incentivam novas ações criminosas.

Laudi Carlos Vedana

# GAZETA DO POVO

## editorial Desafios para a construção da democracia

07 DEZ 2019

**N**estes tempos em que tanto se fala de riscos e ameaças à democracia, com o avanço — às vezes real, às vezes imaginado — de regimes hostis às liberdades democráticas, quanto mais ferramentas a sociedade tiver para olhar dentro de si mesma e descobrir, ali, as convicções que fortalecem ou que minam a democracia, melhor. E, por democracia, não podemos entender apenas a participação periódica em eleições — afinal, até mesmo regimes claramente ditatoriais realizam seus pleitos —, mas todas as condições que permitem a cada indivíduo realizar-se da maneira que julgar melhor, com um olhar forte para o bem comum. Em democracias fortes, a liberdade é vista com apreço, os cidadãos participam da vida política de suas comunidades, se unem em torno de causas comuns, ouvem e são ouvidos.

Foi com essas ideias em mente que o Instituto Sivos apresentou, na quinta-feira, os resultados de seu Índice de Democracia Local referentes à cidade de São Paulo. A metodologia de uma pesquisa aplicada anos atrás em Curitiba foi aperfeiçoada para a capital paulista, e o novo questionário será levado ao país todo. Em uma escala de zero a dez, a cidade terminou com um índice de 5,67. Das cinco dimensões que formam o IDL, as três melhores notas vieram nos itens “processo eleitoral”, “liberdades e direitos” e “funcionamento do governo local”, todos avaliados por especialistas e que fazem um diagnóstico mais institucional a respeito do funcionamento do poder público. As duas piores notas vieram justamente nas dimensões medidas pelas entrevistas com a população: “participação política” (4,14) e “cultura democrática” (4,55). Se as opiniões dos paulistanos servirem de modelo para a média dos brasileiros, temos um enorme desafio pela frente.

Quando 40% dos paulistanos afirmam que não iriam às urnas se o voto fosse facultativo, há motivos suficientes para se ligar o alerta. Mas a participação política, como já lembramos, não ocorre apenas no momento de ir às urnas, ou pela filiação a um partido. Ela ocorre em vários momentos e instâncias: protestos de rua, organização da sociedade civil por meio de associações e campanhas, participação em fóruns virtuais, busca do poder público para reivindicações. A pesquisa do Instituto Sivos descobriu uma ligação importante entre conhecimento e participação política. Seis em cada dez paulistanos não souberam identificar nenhuma instituição política ou instrumento de participação popular como a Lei de Acesso à Informação. Apenas dois em cada dez sabiam as atribuições de prefeitos e vereadores. Mas os que demonstraram maior conhecimento tendem a ter mais participação política, tanto em termos eleitorais quanto em termos mais amplos, como o associativismo.

**CONTINUA**



Quando o cidadão não sabe como funcionam as instituições, quais são suas competências, a quem recorrer quando necessário, ele não tem como se fazer ouvir, limitando-se a comparecer às urnas de dois em dois anos e a inevitavelmente decepcionar-se com seus representantes, muitas vezes por não saber o que exatamente cabe a cada um deles. O risco, neste caso, é o da relativização da importância da democracia e de uma série de liberdades — de ir e vir, de associação, de expressão, profissional, religiosa e tantas outras. E o apreço pelo regime democrático efetivamente anda em baixa. Apenas 37,5% dos entrevistados (ou pouco mais de um terço) afirmaram concordar totalmente que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Mas mesmo dentro deste grupo a compreensão a respeito da importância das liberdades democráticas, da separação de poderes e do sistema de freios e contrapesos é limitada. Diante da afirmação “Quando há uma situação difícil, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso e das instituições com o objetivo de resolver os problemas”, menos da metade (47,2%) daquele grupo que inicialmente havia manifestado preferência irrestrita pela democracia disse discordar totalmente da frase — os demais, portanto, tolerariam algum grau de relativização. A boa notícia está no fato de a porcentagem daqueles que não admitem nenhum tipo de enfraquecimento da democracia subir para 68,1% entre os entrevistados que já fizeram algum tipo de curso sobre o sistema político brasileiro, em mais uma demonstração de que o conhecimento ajuda a fortalecer a cultura democrática.

Ao desconhecimento e à decepção se junta a desconfiança, em um círculo vicioso. A pesquisa revelou um descrédito generalizado em relação às instituições como os três poderes ou os partidos políticos, todos com índices de confiança abaixo dos 30% — alguma desconfiança é esperada, fruto de uma saudável vigilância e postura crítica, mas um resultado tão baixo reflete algo mais, um despreço pelas próprias engrenagens democráticas. Os números preocupantes, no entanto, não param por aí. Ainda mais grave é o grau de desconfiança interpessoal: 80,7% dos entrevistados disseram confiar na família, mas a porcentagem cai para 36,8% quando se trata de confiar em conhecidos, e para ínfimos 3,6% quando se trata de desconhecidos que vivem na mesma cida-

de, e 2,8% para desconhecidos que vivem no mesmo país. Números como esses mostram um cenário que ameaça gravemente a cooperação entre cidadãos. Sem essa disposição de unir esforços por um ideal, os indivíduos perdem força diante do poder público e a sociedade se desagrega.

Essa disposição anula os benefícios da confiança mútua dentro de uma sociedade, e que são tão evidentes que deram origem a expressões como “sociedade de confiança”, título de uma obra emblemática do francês Alain Peyrefitte. Há diferenças radicais entre uma comunidade na qual se pressupõe a boa fé das pessoas e uma comunidade na qual se dá por praticamente certo que os outros têm sempre intenções escusas e estão sempre prontos a passar rasteiras nos demais. A confiança, ou a falta dela, tem reflexos variados que vão desde a redação de leis e contratos até as relações do dia a dia. Em uma sociedade onde as pessoas não confiam umas nas outras, é muito mais difícil fazer prosperar o associativismo, a união de cidadãos em torno dos mais diversos interesses comuns e que dá vibração a uma comunidade, além de oferecer instâncias intermediárias que empoderam o indivíduo diante do Estado.

Confiança mútua e conhecimento sobre o funcionamento das instituições e valores democráticos são estímulos para a participação do cidadão na vida de sua comunidade, tanto por meio do associativismo quanto da atuação política, pelo voto e pelo uso dos mecanismos que dão voz ao cidadão e a grupos organizados. A apatia, o individualismo e o déficit democrático servem apenas aos que pretendem governar para si mesmos, sem ser questionados — um quadro que urge reverter. ●

# R\$ 16 milhões em indenização de férias em três anos

**C**om direito a 30 dias de férias mais um recesso anual de 30 dias, 115 servidores do Tribunal de Contas da União (TCU) receberam indenizações de férias não usufruídas num valor total de R\$ 5,5 milhões neste ano — a maior delas no valor de R\$ 127 mil. Considerando os três últimos anos, essas indenizações já somam pelo menos R\$ 16 milhões, atendendo a 340 servidores.

Em 15 de outubro, o blog revelou que ação popular apresentada no Tribunal Regional Federal da 5.<sup>a</sup> Região pediu o fim do recesso anual de 30 dias para os servidores do TCU. A autora da ação, a advogada Rebeca de Oliveira Pereira, argumentou que a soma do recesso com os 30 dias de férias previstos em lei resulta nas “chamadas férias de 60 dias”, um benefício que é devido apenas aos ministros do tribunal.

O blog solicitou ao TCU, por meio da Lei de Acesso à Informação, os valores gastos com indenizações de férias nos últimos dois anos. Em 2018, foram pagos R\$ 4,66 milhões a 88 servidores. Seis pagamentos superaram os R\$ 100 mil, sendo o maior deles no valor de R\$ 118 mil. Na soma dos dois últimos anos foram gastos R\$ 10,2 milhões. O tribunal informou que paga a

indenização quando, na data de aposentadoria do servidor, ainda existem férias não gozadas.

Comissão da Câmara que elaborou o projeto de lei “extrateto”, com o objetivo de barrar rendimentos de servidores públicos acima do teto constitucional — R\$ 39,3 mil atualmente — apurou que o TCU já havia pago R\$ 6 milhões em indenização de férias para 136 servidores de setembro de 2016 a agosto de 2017. Assim, em três anos, essas indenizações somaram R\$ 16 milhões. Como são verbas indenizatórias, não sofrem desconto do imposto de renda.

No mesmo período analisado pela comissão, o TCU pagou mais R\$ 11 milhões em licença-prêmio para 97 servidores. São licenças de três meses concedidas a cada cinco anos de trabalho. Quando não usufruídas, elas também são pagas em dinheiro no momento da aposentadoria.

### Ministros recebem boladas maiores

Levantamento feito pelo blog mostra que ministros do TCU receberam boladas bem maiores de indenização de férias nos últimos anos. O recordista foi o ministro Adylson Motta, que foi recompensado por 438 dias de férias não gozadas de 1999 a 2006. Recebeu R\$ 516 mil de uma só vez. O TCU

chegou a negar administrativamente o pedido de indenização, alegando que ele poderia receber o equivalente a apenas dois anos, como prevê a Lei Orgânica da Magistratura (Loman). Isso porque os vencimentos e vantagens dos ministros do TCU são equiparados aos dos ministros dos tribunais superiores.

Motta recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ganhou a ação, em maio de 2013. A Segunda Turma do tribunal decidiu que o direito constitucional às férias estava “intimamente ligado à dignidade da pessoa humana” e que a limitação de indenização a dois anos resultaria no “enriquecimento sem causa da administração pública” e no “dano irreparável ao servidor público”.

Após essa decisão, vários ex-ministros receberam indenizações por férias não gozadas. Em novembro de 2015, Valmir Campelo recebeu mais uma bolada de R\$ 217 mil. José Jorge recebeu R\$ 170 mil em 2014. Guilherme Palmeira recebeu R\$ 117 mil em 2015. O ex-ministro Ewald Sizenando Pinheiro levou R\$ 262 mil de indenização de licença-prêmio em março de 2014. ●

07 DEZ 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### Justiça suspende reforma da Previdência de Doria em SP

Mônica Bergamo

SÃO PAULO O desembargador Alex Zilenovski deferiu liminar suspendendo a tramitação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que prevê a reforma da Previdência em São Paulo, apresentada pelo governador João Doria (PSDB-SP).

Zilenovski atendeu a mandado de segurança impetrado pelo deputado estadual Emidio de Souza (PT-SP). O documento também é assinado pelos advogados Fabiano Silva dos Santos e Marco Aurélio de Carvalho. A ação foi apresentada no Tribunal de Justiça de SP.

“Há fumaça do bom direito, demonstrado perigo advindo da não concessão da cautela, dadas as enormes consequências da eventual promulgação da PEC”, afirmou Zilenovski na decisão.

O principal ponto da reforma previdenciária paulista segue os moldes das regras adotadas na União, instituindo idade mínima nas aposentadorias, de 65 anos, para homens, e de 62 anos, para mulheres. O tempo mínimo de contribuição será de 25 anos.

Na quarta (4), a discussão da PEC na Assembleia paulista se transformou em uma briga entre deputados.

07 DEZ 2019

## FOLHA DE S. PAULO

# Mancha na reforma

### Mudança no regime previdenciário dos militares inclui vantagens negadas a outros trabalhadores

Aprovada pelo Senado em votação simbólica nesta semana, sem maior debate, a reforma do regime previdenciário dos militares preservou vantagens em relação às regras vigentes para trabalhadores do setor privado e servidores civis.

Houve avanços, por certo, como o aumento do tempo mínimo exigido de serviço, de 30 para 35 anos, e da contribuição, de 7,5% para 10,5% até 2021, agora estendida para pensionistas, além de ativos e inativos. Com tais mudanças, a economia proporcionada em dez anos seria de R\$ 97,3 bilhões, segundo cálculos do governo.

Em paralelo, porém, foi promovida uma reestruturação de carreiras e gratificações, que custará R\$ 86,7 bilhões no próximo decênio. Com isso a redução geral de despesa cai drasticamente, para não mais de R\$ 10,45 bilhões no período.

Mantiveram-se, ademais, dispositivos descabidos. Continua a não haver exigência de idade mínima, princípio estabelecido para todas as outras categorias.

Também estão previstas no texto aprovado a integralidade (passagem para inatividade com o último salário) e a paridade (garantia de reajustes de remuneração idên-

tics aos dos ativos), prerrogativas anacrônicas e insustentáveis.

Cumprir lembrar que o déficit previdenciário dos militares é o que mais custa, proporcionalmente, ao erário. Nos cálculos da Instituição Fiscal Independente, a categoria representa 31% do funcionalismo federal, mas absorve R\$ 43,9 bilhões em pensões e aposentadorias, quase metade do gasto do regime dos servidores da União.

Segundo auditoria do Tribunal de Contas da União, a despesa para subsidiar um inativo militar em 2018 foi de R\$ 121,7 mil, em média, ante R\$ 6.500 para o setor privado.

A acomodação do governo nem surpreende, dada sua proximidade com a caserna, mas é decepcionante que o Congresso não tenha exigido maior sacrifício. Ao contrário, aceitou quase passivamente que o desenho geral da reforma fosse feito nos próprios gabinetes do ministério da Defesa e votou a proposta em rito acelerado.

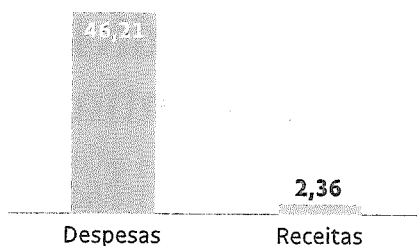
É fato que os militares estão sujeitos a normas peculiares de serviço. São chamados a qualquer momento e mesmo na inatividade tecnicamente não se aposentam, sendo mantidos em reserva. Cabe, pois, um regime diferenciado, embora não tão deficitário.

Menos ainda se justifica a inclusão no projeto previdenciário de demandas salariais, que deveriam ser examinadas em uma revisão ampla da estrutura de remuneração do serviço público.

A manobra adotada manchou a ampla reforma do sistema de aposentadorias levada a cabo neste ano, que teve entre seus objetivos principais — em grande parte, cumpridos — reduzir iniquidades.

### Previdência das Forças Armadas

Em 2018, R\$ bi



Fonte: Tesouro Nacional

07 DEZ 2019

FOLHA DE S. PAULO

# TSE arquiva ação de chapa do presidente contra a Folha

Reynaldo Turolo Jr.

BRASÍLIA O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) arquivou uma ação ajuizada em outubro de 2018 pela chapa do então candidato Jair Bolsonaro contra seus adversários Fernando Haddad (PT) e Manuela d'Ávila (PC do B) e contra o presidente do Grupo Folha, Luiz Frias, a acionista do jornal Maria Cristina Frias e a repórter Patrícia Campos Mello.

A ação era uma reação à reportagem intitulada "Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp", que noticiou que empresários impulsionaram disparos em massa por WhatsApp contra o PT.

Por unanimidade (7 votos a o), o plenário do TSE julgou a ação improcedente em 19 de setembro. Nesta quinta-feira (5), foi juntada ao processo a certidão de trânsito em julgado —o encerramento definitivo do caso.

Os ministros Rosa Weber (presidente do TSE), Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Og Fernandes, Tarcísio Vieira de Carvalho Neto e Sérgio Balthus seguiram o voto do relator, Jorge Mussi, então corregedor da Justiça Eleitoral, pela improcedência da ação.

Os advogados de Bolsonaro haviam afirmado que "a Folha de S. Paulo foi o principal veículo de comunicação que firmou como alvo explícito do seu ataque a candidatura dos candidatos requerentes [Bolsonaro e seu vice, Hamilton Mourão], veiculando notícias inverídicas, infundadas, depreciativas, difamatórias, caluniosas e, até mesmo, criminosas, alcançando enorme atenção face a linha de edição adotada, tudo com vistas a influenciar o eleitor a não votar em Jair Bolsonaro".

**“ Não cabe ao Poder Judiciário interferir na linha editorial para direcionar a pauta dos meios de comunicação**

acórdão da decisão do TSE que julgou improcedente a ação contra a Folha

"A matéria [sobre o WhatsApp] não aponta nenhuma prova, apenas tece narrativa não corroborada por depoimentos, nem documentos. A Folha de S. Paulo utilizou seus recursos empresariais para interferir diretamente no pleito eleitoral", sustentou a chapa de Bolsonaro, apontando suposto uso indevido de meio de comunicação e abuso de poder econômico em benefício do PT.

Segundo o acórdão do julgamento, publicado em 14 de novembro, "não cabe ao Poder Judiciário interferir na linha editorial para direcionar a pauta dos meios de comunicação, porquanto prevalece no Estado Democrático e Constitucional de Direito [...] maior deferência à liberdade de expressão, alcançada pela independência jornalística".

"Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal (STF), a liberdade de expressão constitui um dos fundamentos essenciais de uma sociedade democrática e compreende não somente as informações consideradas como inofensivas, indiferentes ou favoráveis, mas também as que possam causar transtornos, resistência, inquietar pessoas", diz o acórdão.

A chapa de Bolsonaro havia pedido ao TSE para, no julgamento final da ação, cassar o registro ou o diploma de Haddad e Manuela — caso tivessem sido eleitos — e torná-los inelegíveis por oito anos.

A Procuradoria-Geral Eleitoral havia se manifestado pela improcedência dos pleitos, considerando que o delito apontado pelos autores da ação (abuso de poder econômico) não ficou configurado.

"Não se pode perder de vista que, no âmbito do processo

eleitoral, amplifica-se a proteção constitucionalmente assegurada às liberdades de expressão e de informação, o que compreende o jornalismo investigativo. Em outras palavras, a circulação de opiniões e críticas revela-se essencial para a configuração de um espaço público de debate e, conseqüentemente, ao Estado Democrático de Direito", escreveu o vice-procurador-geral eleitoral Humberto Jaques Medeiros em parecer de agosto.

"Por mais ácidas que possam parecer àquele que figura como seu alvo, as críticas de caráter político estão compreendidas [...] no campo da liberdade de expressão, passando para o domínio da ilicitude quando inegavelmente graves e abusivas", completou o procurador.

No processo, a defesa de Luiz Frias, Maria Cristina Frias e Patrícia Campos Mello afirmou que a reportagem sobre os disparos via WhatsApp "é essencialmente verdadeira e que, em nenhum momento, a publicação noticia o envolvimento do então candidato, mas apenas o benefício para sua candidatura".

**CONTINUA**

07 DEZ 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

“O propósito da presente ação de investigação judicial é o da intimidação”, disseram os advogados do jornal, para quem “a peça inicial tentava violar o princípio constitucional do sigilo da fonte” ao exigir que a Folha apresentasse os elementos que embasaram a notícia.

Paralelamente, ainda no período eleitoral, a chapa de Bolsonaro também requereu ao TSE direito de resposta e a retirada do ar da reportagem sobre os disparos pelo WhatsApp — pedidos que foram negados naquela época pelo então ministro substituto Sérgio Banhos.

07 DEZ 2019

# FOLHA DE S. PAULO

# Bolsonaro recua e revoga licitação da Presidência que excluiu a Folha

## Decisão vem oito dias após edital que cancelaria as assinaturas do jornal no governo federal

Gustavo Uribe

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro recuou e revogou o edital que excluiu a **Folha** da relação de veículos exigidos em um processo de licitação da Presidência para fornecimento de acesso digital ao noticiário da imprensa.

A decisão foi publicada nesta sexta-feira (6) no Diário Oficial da União, oito dias depois de o edital ter sido anunciado. Em um breve aviso, a Secretaria-Geral da Presidência informou que “fica revogada a licitação”, sem mais detalhes.

Mais tarde, em nota, a Secretaria-Geral disse que a licitação foi revogada pela necessidade de passar por uma “revisão mais profunda”, para “esclarecer eventuais dúvidas que poderiam surgir no transcorrer do procedimento licitatório”. A pasta ressaltou que o pregão eletrônico foi feito obedecendo rigorosamente “todos os critérios legais previstos na legislação vigente”.

A exclusão da **Folha** da licitação veio após promessa feita pelo presidente em 31 de outubro, quando ele anunciou que determinara o cancelamento de todas as assinaturas do jornal no governo federal.

Ao falar sobre o tema, na semana passada, Bolsonaro disse que estava “deixando de gastar dinheiro público”.

“Olha, a Folha de S. Paulo não serve nem para forrar aí o galinheiro. Olha só, eu estou deixando de gastar dinheiro público”, disse. Na mesma entrevista, o presidente fez novas ameaças à Folha e disse que boicota produtos de anunciantes do jornal.

Com a revogação, o Palácio do Planalto prorrogará para 2020 o contrato atual, que inclui a Folha. Como ele vence no próximo dia 12, o argumento é que não haveria tempo para realizar um pregão eletrônico com um novo edital.

O presidente, no entanto, não desistiu da ideia de fazer mudanças nas assinaturas de jornais e revistas em 2020. A equipe jurídica estuda agora uma forma de promover alterações que não violem princípios constitucionais.

O recuo ocorreu após o presidente ser alertado por assessores e aliados sobre o risco de o governo sofrer processos judiciais, incluindo pedidos de impeachment. Até auxiliares do chamado núcleo ideológico recomendaram ao presidente desistir da proposta e, neste momento, promover uma distensão na relação com a imprensa.

Bolsonaro voltou atrás, agora, após críticas de entidades que defendem a liberdade de expressão e de diversos juristas, além de ações na Justiça. Na avaliação de especialistas, ao defender a exclu-

são do jornal da concorrência e um boicote a anunciantes da **Folha**, Bolsonaro viola princípios constitucionais como os da impessoalidade e moralidade.

O subprocurador-geral junto ao TCU (Tribunal de Contas da União) Lucas Furtado, por exemplo, entrou com representação na corte pedindo a inclusão da Folha no edital.

Segundo Furtado, a exclusão tinha motivos que “desbordam dos estreitos limites da via discricionária do ato administrativo”, além de ofender os “princípios constitucionais da impessoalidade, isonomia, motivação e moralidade”.

Já a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e o PC do B ingressaram com ações na Justiça Federal contra o edital da Presidência. Para a ABI, a exclusão da Folha apresentava “claros contornos de desvio de finalidade e de burla à liberdade de expressão”.

O edital agora revogado previa a contratação, pela Presidência da República, por um ano, prorrogável por mais cinco, de uma empresa especializada em oferecer a assinatura dos veículos à Presidência.

**CONTINUA**

07 DEZ 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

A lista citava 24 jornais e 10 revistas. A **Folha** não era mencionada. O pregão eletrônico estava marcado para 10 de dezembro e tinha valor total estimado de R\$ 194 mil: R\$ 131 mil para jornais e R\$ 63 mil para revistas.

O edital estipulava, por exemplo, 438 assinaturas de jornais, sendo 74 de O Globo e 73 de O Estado de S. Paulo. Para revistas, exigiam-se 44 acessos digitais à Veja, 44 à IstoÉ e 14 à Carta Capital. Também estavam no edital veículos internacionais, como o The New York Times e o El País.

“O governo federal age contra os princípios da moralidade e impessoalidade que devem nortear a administração pública. Com a atitude, agride toda a imprensa brasileira, e não apenas a **Folha**”, disse Taís Gasparian, advogada da Folha, na semana passada, quando o edital foi publicado.

Na segunda-feira (2), pressionado, o presidente Bolsonaro admitiu que o governo poderia voltar atrás na licitação.

“A questão da **Folha de S. Paulo** não é de hoje. Para a **Folha de S. Paulo** as eleições não acabaram. Agora, se isso [a exclusão do jornal da licitação] ferir qualquer norma ética ou legal, a gente volta atrás sem problemas. De qualquer maneira a gente vai reduzir essa despesa [com assinaturas de veículos de comunicação] também, sem a ideia de perseguição”, declarou Bolsonaro ao Jornal da Record.

Uma das ações contra o edital foi ajuizada pelo deputado federal Delegado Waldir (PSL-GO), hoje desafeto de Bolsonaro.

Em manifestação na ação, protocolada na Justiça Federal do DF, a AGU (Advocacia-Geral da União) já informava a Justiça sobre a revogação do edital. Por isso, advogados da União defendiam a perda do objeto do processo.

Nos últimos meses, além do caso da **Folha**, Bolsonaro intensificou a escalada contra veículos da imprensa.

Em agosto, ironizou o jornal Valor Econômico após assinar medida provisória (agora expirada no Congresso) que acabava com a obrigatoriedade de empresas publicarem balanços em diários impressos.

Bolsonaro também ameaçou não renovar a concessão da TV Globo após reportagem que o citou na investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco.



# Como sobrevivem as democracias

## Ameaças como a de um novo AI-5 não podem ser banalizadas

A ascensão pelo voto de líderes autocráticos e populistas ao redor do mundo tem gerado uma enorme inquietação entre os democratas, além de uma robusta literatura sobre como as democracias contemporâneas morrem ou degeneram.

Não são mais tanques ou baionetas que subvertem a democracia, mas sim um vertiginoso processo de erosão dos direitos fundamentais, da separação dos Poderes, da liberdade de imprensa e do pluralismo político que transformam governos em meras trincheiras para combater inimigos e fraudar eleições.

Como assegurar a sobrevivência da democracia, quando as eleições resultam na escolha de uma liderança contrária às próprias premissas do regime democrático? Como proteger as liberdades públicas e o próprio Estado de Direito do vandalismo institucional? Em síntese, como assegurar que as escolhas de uma geração não furem o direito da próxima geração de fazer suas próprias escolhas?

O ponto de partida é não negligenciar os ataques do populismo miliciano à democracia. Ameaças como a de um novo AI-5 caso a sociedade se levante contra as reformas econômicas não podem ser banalizadas. Por mais que nossas instituições políticas e de aplicação da lei tenham amadurecido, muitos atores institucionais se deixaram levemente seduzir e instrumentalizar pelo discurso de "acabar com tudo isso que está aí". Não é momento de cegueira deliberada.

Em segundo lugar, é preciso distinguir o que são ataques a

precondições de existência democrática e o que são ofensivas contra valores importantes, mas que podem ser objeto legítimo de disputa dentro de um processo de alternância no poder. Sem que essa distinção seja feita e sem que algumas disputas sejam suspensas, como diz Angela Alonso, será muito difícil criar uma larga coalizão em defesa das regras fundamentais do jogo democrático.

A intensa interação entre atores políticos, organizações sociais e setores da mídia (comprometidos com a democracia) com o sistema de freios e contrapesos, montado pela Constituição de 1988, é uma terceira alavanca que poderá contribuir para neutralizar determinadas investidas autocráticas.

Novas lideranças, como Rodrigo Maia (DEM), Simone Tebet (MDB), Alessandro Molon (PSB) ou Flávio Dino (PC do B), com posições políticas opostas, têm conseguido transcender suas concepções ideológicas para articular linhas de defesa do Estado democrático de Direito, tanto no Parlamento como no plano federativo. Ao receber o prêmio do Woodrow Wilson Center, em Nova York, no dia em que nossa República completava 130 anos, o presidente da Câmara dos Deputados declarou: "Não se toca em cláusula pétrea".

Do lado da sociedade civil, muitas organizações despertaram para a necessidade de construir novas pontes de diálogo e solidariedade em defesa dos princípios democráticos, superando fragmentações identitárias ou políticas agravadas nos últimos anos. Essas organizações têm provocado sistematicamente o Judiciário, obtendo vitórias importantes. O

próprio Supremo, com todas as suas idiossincrasias, tem colocado certos limites a ações arbitrárias do governo. Alguns veículos de comunicação, como esta **Folha de S. Paulo**, não se deixaram acovardar pelas ameaças e investidas arbitrárias, cumprindo zelosamente a missão de fiscalizar o poder.

Essas iniciativas dificilmente serão capazes de conter todas as regressões promovidas pelo governo ou reverter o autoritarismo que já afeta amplas parcelas da população, como lembrou Thiago Amparo neste espaço; mas, se conseguirem manter abertos os canais democráticos até as próximas eleições, já terão triunfado.

## Testemunha de padre substituto de Dorothy Stang no Pará é assassinada

MANAUS Uma testemunha de defesa do padre José Amaro Lopes de Sousa foi assassinada na noite da quarta-feira (4) perto de Anapu (749 km a sudoeste de Belém), no Pará, uma das regiões de conflito agrário mais violentas do país.

O mototaxista Marcio Rodrigues dos Reis, 33, foi morto com uma facada no pescoço por um passageiro que o havia contratado para levá-lo à zona rural.

É a 17ª morte vinculada a conflitos de terra desde 2005, ano em que a irmã Dorothy Stang foi assassinada, segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Herdeiro do trabalho da irmã Dorothy com assentados e sem-terra, o padre Amaro ficou preso por três meses após ser acusado por fazendeiros de vários crimes, incluindo extorsão. Foi solto graças a um habeas corpus dado por unanimidade pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

De acordo com a CPT, Reis participou, em 2016 em 2017, de um acampamento de sem-terra que reivindicava a fazenda Santa Maria, perto de Anapu. Fazendeiros pressionaram o mototaxista a prestar depoimento para acusar Amaro de ter organizado a tomada da fazenda, mas ele se negou.

Depois disso, afirma a comissão, Reis foi preso preventivamente sob a acusação de esbulho —apropriação ilegal— e porte de arma. Ele passou cerca de nove meses na penitenciária de Altamira (PA).

Em abril de 2018, o mototaxista foi novamente preso, por seis meses, com a segunda acusação por porte de arma. Solto e ameaçado de morte, deixou Anapu por um ano. Voltou há meses, avaliando que não corria mais riscos. Era casado e deixa quatro filhas.

Dos 15 assassinatos cometidos na região desde 2015, apenas um teve mandante identificado e preso, segundo a Pastoral da Terra.

Nenhum suspeito havia sido preso até a conclusão desta edição. Fabiano Maisonnave

## MÔNICA BERGAMO

**NO PALCO** Adolescentes da Fundação Casa vão apresentar números de dança, canto, percussão, capoeira e balé no Sarau Mil Grau, que comemora o Dia Nacional da Justiça, no domingo (8). O evento ocorre no Teatro da Uninove, em SP, no sábado (7).

## STJ manda soltar ex-prefeita de Ribeirão Preto

RIBEIRÃO PRETO O STJ (Superior Tribunal de Justiça) determinou na quinta-feira (5) a soltura da ex-prefeita de Ribeirão Preto Dárcy Vera, presa havia dois anos e seis meses sob acusação de comandar um esquema criminoso que teria desviado R\$ 45 milhões dos cofres públicos do município.

A ex-prefeita foi condenada em 2018 em primeira instância a 18 anos, 9 meses e 10 dias de prisão, em regime fechado, por envolvimento em escândalo revelado pela operação Sevandija —parasita—, após investigação do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), do Ministério Público paulista.

A decisão de soltura foi da Sexta Turma do STJ, que entendeu não haver elementos que justifiquem a manutenção da prisão. Com a decisão, a ex-prefeita —que deixou a prisão de Tremembé na tarde desta sexta-feira (6)— poderá ficar em liberdade enquanto recorre da condenação. Marcelo Toledo

# FOLHA DE S. PAULO

## Justiça reconhece vínculo entre app e motoboys

07 DEZ 2019

SÃO PAULO A 8ª Vara do Trabalho de São Paulo determinou que há vínculo empregatício entre a empresa Loggi e os motoboys que fazem entregas por meio da plataforma.

A ação civil pública foi movida em agosto de 2018 pelo Ministério Público do Trabalho em São Paulo e, segundo a promotoria, é a primeira ação coletiva no Brasil contra aplicativos de celular, devendo beneficiar 15 mil motoboys com cadastro ativo no app.

A decisão vale para todo o território nacional, foi assinada pela juíza Lúvia Lacerda Menendez e acata parcialmente pedidos feitos em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho.

O despacho determina que a Loggi contrate até maio de 2020, em regime CLT, todos os condutores cadastrados em seu sistema que atuaram de outubro até dezembro.

Em caso de descumprimento, a juíza estipulou multa de R\$ 10 mil por trabalhador em situação irregular.

Entre outras determinações da decisão judicial estão a proibição de que a empresa contrate motoristas como autônomos, controle a jornada de trabalho desses profissionais — limitando-a a oito horas por dia — e pague R\$ 30 milhões como “compensação pecuniária”.

Esse valor deverá ser “depositado diretamente junto às instituições beneficentes escolhidas pelas rés dentre as cem melhores organizações não governamentais brasileiras”.

A Loggi disse que “lamenta” a decisão. “A empresa reitera que a decisão pode ser revista pelos tribunais superiores.”

Mônica Bergamo

08 DEZ 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL

**GAME OVER** Auxiliares de Sérgio Moro (Justiça) informaram deputados que o ministro desistiu de tentar fazer alterações no pacote anticrime no Senado. O objetivo seria dar celeridade à aprovação.

**JOGA PELO EMPATE** Senadores favoráveis às medidas querem condicionar a aprovação da versão que veio da Câmara ao compromisso de que, caso Bolsonaro vete temas a pedido do ministro, eles não sejam derrubados em plenário. Moro demonstrou insatisfação com pelo menos um ponto incluído no texto: a figura do juiz de garantias.

**JOGA PELO EMPATE 2** O argumento técnico para o veto presidencial já está sendo construído e deve dizer que não há previsão orçamentária para o aumento de gastos com a nova categoria de juízes.

**HORA EXTRA** Deputados que elaboraram a norma defendem que não há custo extra, pois os atuais juízes exercerão a tarefa de julgar casos instruídos por colegas, e vice-versa.

**FILA NÃO ANDA** A queda de braço no Senado pelo projeto da prisão em segunda instância pode prejudicar o andamento de pautas de interesse de prefeitos em pleno ano eleitoral, afirmam deputados. Aprovada na Câmara, a proposta que repassa recursos aos municípios, sem a intermediação da Caixa, não começou a ser analisada por senadores.

08 DEZ 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### Policiar a polícia

#### Doria adota discurso mais duro sobre operação em Paraisópolis; controle é deficiente em todo o país

Ao desistir de defender o indefensável, o governador João Doria (PSDB) se disse chocado com as evidências de brutalidade policial na vil operação em que nove jovens morreram pisoteados na favela de Paraisópolis, na capital paulista, e prometeu rever protocolos das forças de segurança. É um começo, espera-se.

Falhas estruturais nas instituições de fiscalização são evidentes, e obviamente não apenas em São Paulo. Às corregedorias internas falta independência, estrutura e transparência mínimas. Aos Ministérios Públicos falta cumprir com seu papel constitucional de controle externo da atividade policial, regulamentado desde 2007.

Definir como kafkiano o cotidiano investigativo no país não basta para descrever sua desumanidade. Familiares de vítimas de violência do Estado amargam anos de espera por qualquer desfecho de seus casos, quando chega a haver um.

Não é republicano que os devidos procedimentos só sejam tomados em casos de grande repercussão. Normas da Secretaria da Segurança Pública paulista determinam, por exemplo, que o Ministério Público seja imediatamente informado de ocorrências de morte por intervenção policial.

Não obstante, o Brasil ostenta taxas pífias de elucidação de crimes cometidos por agentes oficiais.

São Paulo e outros estados têm criado grupos de atuação especial para o controle das polícias. Designados pela cúpula do Ministério Público, tais grupos, por mais relevantes que possam ser, não possuem a mesma independência de promotorias especializadas.

Imbricações políticas entre Ministério Público e governos estaduais — como a extensa presença de promotores e procuradores em cargos do Executivo e a manutenção de elevados penduricalhos na remuneração desses profissionais — inibem ainda mais a atividade de monitoramento.

Em São Paulo e no Rio registram-se neste ano índices de aumento da letalidade policial — e é inevitável associá-los ao discurso truculento de governantes, a começar pelo Palácio do Planalto e passando por Bandeirantes e Guanabara.

Experiências internacionais apontam caminhos: transparência e independência em investigações, inclusive em alguns casos extremos de violência policial, com a criação de comissões de especialistas para supervisionar as apurações. Doria acertará se de fato seguir esses exemplos.

# FOLHA DE S. PAULO

MARCOS LISBOA

08 DEZ 2019

Presidente do Insuper, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005).

## Paraisópolis

Jovens têm o hábito de apreciar uma festa, por vezes para desespero dos vizinhos.

Compreensível. Começando a vida adulta, não sabem muito bem o que querem fazer no futuro que lhes parece interminável. Por isso, experimentam relacionamentos e empregos. Com o destemor de quem pouco viveu, muitos ultrapassam os limites impostos pelas regras dos mais velhos.

As festas permitem conhecer gente fortuitamente em meio à algazarra da música e da dança; ambas, em geral, demasiadas para o bom senso cansado da meia-idade.

Como a imensa maioria de nós quando tínhamos a sua idade, os jovens querem testar muitas opções antes de construir relações estáveis. Por isso, estão freneticamente ocupados em inventar eventos, saber das novidades e aproveitar os encontros de multidões como se não houvesse amanhã.

Ocasionalmente, descobrem que os limites têm lá a sua razão de ser. A minha geração assistiu a muitas mortes trágicas e desnecessárias por dirigir perigosamente ou mergulhar nas drogas.

O papel dos adultos é ajudá-los nessa transição, cuidar para que não corram riscos desnecessários e protegê-los da violência. Assim fazem os pais da elite que moram em condomínios fechados. Assim tentam as demais famílias em meio à carência de segurança pública.

Os jovens, com frequência, não conseguem antecipar o que pode dar errado e se metem em enrascadas. No Brasil, porém, a pouca empatia e solidariedade das elites e dos governantes transforma a irresponsabilidade em tragédia anunciada. Muitos adultos são apenas asseclas da brutalidade.

A tragédia de Paraisópolis revela o nosso atraso. Os jovens faziam naquela noite o que muitos de nossos filhos praticam regularmente. Dançavam, conversavam e experimentavam o que não deviam, com a sua irresponsabilidade preocupante para os pais.

Só que não havia adultos para cuidar dos jovens. Pelo contrário. Alguns policiais não hesitaram em promover o pânico ao invadir a região alegadamente atrás de um atirador. Nosso Estado parece existir sobretudo para proteger o patrimônio e garantir benesses.

As vítimas em Paraisópolis foram tratadas como acidentes de percurso na trágica perseguição da última semana.

Não eram, no entanto, acidentes; eram jovens que podiam ser meus filhos. A roda da fortuna me concedeu o benefício da educação e da cidade oficial em um país partido.

As crianças de Paraisópolis nasceram no outro lado do muro, em bairros repletos de trabalhadores, porém descuidados pelo poder público.

As autoridades eleitas lustram a sua pequenez ao não chorar pela morte desses jovens. Eles se chamavam Bruno, Dennys, Denys, Eduardo, Gabriel, Gustavo, Luara, Marcos e Mateus.

08 DEZ 2019

FOLHA DE S. PAULO

# Seis capitais batem meta de redução de mortes no trânsito

Radars, bafômetro e ação conjunta explicam sucesso; prazo da ONU é 2020

Fabício Lobel

SÃO PAULO O ano de 2020 é o último para que as cidades brasileiras (e o país) reduzam em 50% o número de mortes no trânsito. A meta foi pactuada junto à ONU e leva em conta o período de 2011 a 2020.

Levantamento inédito da Folha mostra que em 2018 seis capitais (Rio Branco, Salvador, Belo Horizonte, Aracaju, Curitiba e Porto Alegre) se adiantaram e atingiram o objetivo.

O Distrito Federal e outras cinco capitais (Recife, Fortaleza, São Paulo, Belém e Campo Grande) também tiveram boa redução e, mantido o ritmo, alcançarão a meta em 2020.

Por outro lado, cidades como Palmas e Florianópolis viram seu trânsito matar mais.

As cidades com melhores indicadores têm em comum a ação integrada entre prefeituras, estado e governo federal, além da elaboração constante de relatórios estatísticos que norteiam políticas públicas que salvam vidas no asfalto.

Segundo dados do SUS, cerca de 36 mil pessoas morrem por ano no trânsito no país. A violência viária consome recursos da saúde pública e da previdência, além de afetar a capacidade produtiva do país.

“É sem dúvida um dos maiores problemas de saúde pública no país”, diz Antonio Meira, presidente eleito da Abramet (Associação Brasileira de Medicina de Tráfego). “Na Bahia, 52% das internações hospitalares são com vítimas de trânsito. São leitos, recursos e

energia que poderiam ser aplicados em outros pacientes.”

Segundo o levantamento da Folha, a capital do Acre, Rio Branco, conseguiu diminuir em 64% a letalidade do seu trânsito, chegando ao topo do ranking nesse quesito. Se em 2011 a cidade registrou 18 mortes no trânsito para cada 100 mil habitantes, em 2018 o índice passou para 6,5. O novo patamar colocou Rio Branco como a quarta capital no país em trânsito seguro.

Luiz Fernando Duarte, presidente do Detran do estado, cita o aumento da fiscalização da Lei Seca com o uso de bafômetros com uma das principais ferramentas de mudança. Os testes com bafômetro foram de 6.423, em 2011, para quase 42 mil em 2013. Mas em 2019 a perspectiva não é boa: no primeiro semestre, o batalhão efetuou 314 testes.

Creso Machado Lopes, professor Centro de Ciência da Saúde da Ufac (Universidade Federal do Acre), diz que, para ter efeito, o rigor na fiscalização tem que ser permanente. “Fazer campanhas educativas e pesquisas é importante, mas, sem fiscalização, a situação não melhora. É preciso mexer no bolso de quem transgride a lei”, argumenta.

A capital com a segunda maior redução foi Salvador, cujo trânsito em 2018 foi 55% menos letal do que em 2011.

Desde 2016, Salvador tem a menor taxa de mortes por 100 mil habitantes no trânsito, e a redução foi conseguida mesmo com aumento da frota de 31% no período. Em 2018, sua taxa foi de 3,99 — número que, segundo a OMS, equivale ao da Dinamarca.

Nalantema entre as capitais brasileiras está Palmas, com taxa de 18,8 mortes a cada 100 mil habitantes, desempenho semelhante ao do Líbano.

A Transalvador, autarquia vinculada à prefeitura soteropolitana, lista as medidas que teriam ajudado a diminuir a letalidade no trânsito. Entre elas, a redução de velocidades máximas em grandes avenidas, que em trechos foi de 70 km/h para 40 km/h.

A ideia da prefeitura foi adequar a velocidade à presença de pedestres nos calçadões e praças. Assim, caiu o número de atropelamentos e a gravidade desses eventos.

Em alguns bairros, foram criadas áreas calmas, perímetros onde nenhuma via tem velocidade acima de 30 km/h ou 40 km/h. Um novo projeto inclui ciclovias, redesenho de esquinas e avanço de calçadas. A cidade também aumentou em 71% os radares.

Com a maior fiscalização, as infrações quase triplicaram de 2012 a 2016. Desde o pico em 2016, porém, a violação do limite de velocidade caiu 35%.

**CONTINUA**

Para a Transalvador, é sinal de que mudou o comportamento dos motoristas.

O uso de radares está em xeque após o presidente Jair Bolsonaro ordenar a retirada dos equipamentos de rodovias federais, o que contraria pesquisas de segurança no trânsito.

Para Antonio Meira, da Abramet, outro trunfo de Salvador é o comitê que integra entidades municipais, estaduais e federais, incluindo polícias, secretarias de trânsito e saúde: “As reuniões, duas vezes ao mês, identificam pontos críticos à segurança e quais as medidas que podemos tomar para frear as mortes”.

O compartilhamento de informações e o estabelecimento de políticas públicas conjuntas também fazem parte da receita das outras capitais que conseguiram atingir a meta: Belo Horizonte, Aracaju, Curitiba e Porto Alegre.

No fim do ranking, Palmas, com o trânsito mais inseguro entre as capitais, também viu subir a taxa de mortalidade: 27% desde 2011. A prefeitura atribui a alta ao aumento da frota e da população, de 55%, o segundo entre as capitais.

A gestão municipal diz ainda que a cidade, por ser plana, com avenidas largas e planejadas, impulsiona o desrespeito aos limites de velocidade.

Florianópolis também teve uma década errática no trânsito. Pelos dados estaduais, a cidade registrou, em 2018, 6% mais mortes do que em 2011.

Seu secretário de mobilidade, Michel Mittmann, admite a piora, mas diz que novas medidas de segurança estão sendo implementadas e devem ter efeito benéfico no futuro.

Para Mittmann, o objetivo agora é conferir mais espaço a pedestres e ciclistas, protegendo os mais vulneráveis no trânsito. Ele promete integrar esforços com os governos estadual e federal, já que muitas

das mortes em Florianópolis ocorrem nas estradas que dão acesso ou cruzam a capital.

O levantamento da Folha identificou ainda prefeituras de capitais que nem sequer fazem acompanhar sistemático do tema. É o caso de Vitória, São Luís e o Rio de Janeiro —para elas, o levantamento usou dados estaduais.

Ao não tabularem indicadores de segurança, essas prefeituras deixam de seguir as diretrizes do projeto Vida no Trânsito, conduzido pelo Ministério da Saúde desde 2010.

Outro problema é que nem todas as cidades tinham uma série histórica desde 2011. No caso de Macapá, a prefeitura só a iniciou em 2015.

Em Cuiabá os dados consolidados começam em 2014, e desde então a letalidade subiu 35%. A prefeitura local também aponta a frota maior como uma das causas do salto.

Para frear o desrespeito aos limites de velocidade, a prefeitura de Cuiabá disse ter instalado 109 radares em locais críticos em 2017. Em alguns dos pontos, as mortes acabaram.

“O papel das prefeituras é ordenar a cidade. Alguns lugares ainda não entendem o espaço urbano como um dos fatores que influenciam a ocorrência de mortes”, diz Rafael Godoy, coordenador de dados da Iniciativa Bloomberg para Segurança no Trânsito.

“A redução em Salvador ou Belo Horizonte não precisa ser exceção. É fruto de trabalho que pode ser replicado.”

CONTINUA



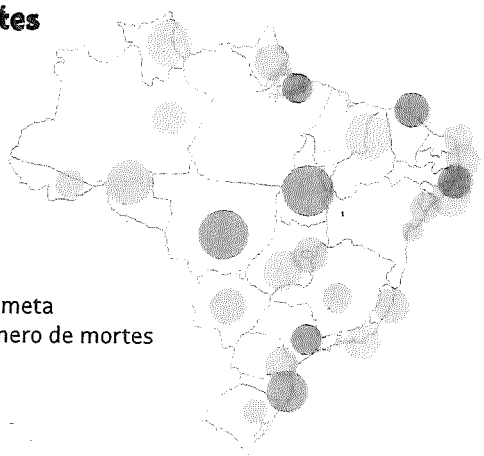
# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

# 08 DEZ 2019

### 50% menos mortes no trânsito

Meta pactuada com a ONU acaba em 2020



- Alcançaram a meta
- No caminho para a meta
- Aumentaram o número de mortes

| Capitais            | Varição da taxa por 100 mil habitantes, entre 2011 e 2018 | Mortes em 2018 a cada 100 mil hab. |
|---------------------|---|------------------------------------|
| Rio Branco (AC)     | -64,22  | 6,48                               |
| Salvador (BA)       | -54,85  | 3,99                               |
| Belo Horizonte (MG) | -54,01  | 6,52                               |
| Aracaju (SE)        | -53,77  | 6,78                               |
| Curitiba (PR)       | -50,72  | 8,66                               |
| Porto Alegre (RS)   | -50,24  | 5,07                               |
| Distrito Federal    | -47,36  | 9,38                               |
| Recife (PE)         | -46,17  | 7,69                               |
| Fortaleza (CE)      | -44,42  | 8,55                               |
| São Paulo (SP)      | -42,20  | 6,97                               |
| Belém (PA)          | -41,79  | 6,39                               |
| Campo Grande (MS)   | -40,75  | 9,82                               |
| Manaus (AM)         | -35,10  | 9,88                               |
| Vitória (ES)        | -29,71  | 8,93                               |
| Porto Velho (RO)    | -26,95  | 15,59                              |
| João Pessoa (PB)    | -24,75  | 8,62                               |
| Rio de Janeiro (RJ) | -11,84  | 9,60                               |
| Florianópolis (SC)  | 5,75  | 12,37                              |
| Palmas (TO)         | 26,70   | 18,84                              |

#### Como o levantamento foi feito

- As prefeituras de todas as capitais federais foram questionadas sobre a evolução do número de mortes ocorrido em seu trânsito, desde 2011 até 2018 (dados de 2019 ainda estão sendo compilados)
- Quando a prefeitura não tinha os dados disponíveis, o questionamento foi feito para algum órgão estadual
- Os números absolutos de cada capital foram balizados com a estimativa populacional nos anos anos. Ou seja, com isso verificou-se a taxa de mortes a cada cem mil habitantes.
- Para comparar a evolução das mortes no trânsito em cada capital, só foram avaliadas cidades com série histórica completa (de 2011 a 2018)
- Cidades que não têm a série histórica completa estão contabilizadas a parte

\*Nem a prefeitura de São Luís nem o Governo do Maranhão enviaram dados sobre a capital maranhense  
 Fontes: Prefeituras: Manaus, Fortaleza, Porto Alegre, São Paulo, Aracaju, Belém, João Pessoa, Recife, Salvador, Campo Grande, Belo Horizonte, Curitiba, Palmas, Boa Vista, Teresina, Maceió, Cuiabá, Natal, Macapá. Detrans: Acre, Distrito Federal, Rondônia. Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo e Santa Catarina. Delegacia de Crimes de Trânsito em Goiânia e Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro

Capitais sem série histórica desde 2011

Cálculo leva em conta dados de 2018 em relação ao ano mais antigo disponível

Varição da taxa por 100 mil habitantes

|                |        |       |
|----------------|--------|-------|
| Goiânia (GO)   | -50,09 | 11,90 |
| Boa Vista (RR) | -52,85 | 15,72 |
| Maceió (AL)    | -46,95 | 12,35 |
| Macapá (AP)    | -32,14 | 9,52  |
| Natal (RN)     | -20,88 | 6,61  |
| Teresina (PI)  | -2,24  | 17,18 |
| Cuiabá (MT)    | 34,69  | 17,79 |
| São Luís (MA)* |        |       |

09 DEZ 2019

FOLHA DE S. PAULO

# Após 1 ano, Sergio Moro se firma acima de Bolsonaro e como ministro mais popular

À frente do Ministério da Justiça, ex-juiz da Lava Jato é aprovado por 53% dos que dizem conhecê-lo mesmo após recuos e derrotas

Bernardo Caram

BRASÍLIA O ex-juiz da Lava Jato Sergio Moro, que hoje comanda o Ministério da Justiça, se consolidou como o ministro mais bem avaliado no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro, com apoio popular maior do que o do próprio presidente.

Pesquisa Datafolha feita na quinta (5) e sexta-feira (6) da última semana aponta que Moro é conhecido por 93% dos entrevistados.

Entre os que dizem conhecê-lo, 53% avaliam sua gestão no ministério como ótima/boa. Outros 23% consideram regular, e 21%, ruim/péssima —3% não souberam opinar.

Bolsonaro tem indicadores mais modestos, de acordo com levantamento divulgado neste domingo (8), com 30% de ótimo/bom, 32% de regular e 36% de ruim/péssimo —1% não soube avaliar.

A pesquisa ouviu 2.948 entrevistados em 176 municípios do país. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. As entrevistas foram feitas pessoalmente, em locais de grande circulação.

Embora o ministro da Economia, Paulo Guedes, seja o segundo mais conhecido da

Esplanada dos Ministérios, a vice-liderança de aprovação ficou com a ministra Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), com 43% de ótimo/bom.

A avaliação positiva de Guedes é de 39%. O diagnóstico do titular da Economia ficou estável mesmo após o resultado melhor que o esperado do PIB no terceiro trimestre e a promulgação da reforma da Previdência, comemorada pelo governo.

Tanto Guedes como Damares apresentam resultado melhor do que Bolsonaro.

A popularidade de Moro seguiu inalterada em meio a uma série de episódios nos últimos meses com potencial de desgastar a sua gestão.

Após a última pesquisa, feita no fim de agosto, o ministro sofreu derrotas no Congresso.

Em novembro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deixou a prisão em Curitiba e ampliou a polarização política com críticas a Moro e ao governo Bolsonaro.

O ex-juiz foi o responsável pela condenação do petista por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex de Guarujá (SP) em primeira instância. A condenação foi mantida pelo TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) e pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Lula, porém, foi beneficiado por uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) contra um dos pilares da operação —a prisão após condenação em segunda instância. Por 6 votos a 5, os ministros estabeleceram o início do cumprimento da pena somente após esgotados todos os recursos, o chamado trânsito em julgado.

Solto, o ex-presidente elevou o tom das críticas e tem feito discursos com ataques a Moro e à Lava Jato.

Como resultado, o ministro da Justiça se colocou como um dos principais personagens da polarização política.

Desde a metade do ano, manifestações são convocadas em apoio a Moro e à operação. Um ato chamado pelo movimento Vem Pra Rua reuniu manifestantes em defesa do ministro neste domingo na avenida Paulista, em São Paulo, e em outras capitais. Eles também protestaram contra a decisão do STF que barrou a prisão em segunda instância.

**CONTINUA**

Na atuação legislativa, porém, dez meses após apresentar um pacote com medidas anticrime ao Congresso, Moro sofreu uma derrota política na última semana ao ver a Câmara aprovar uma versão desfigurada da proposta, sem algumas de suas principais bandeiras, como o excludente de ilicitude e a prisão logo após condenação em segunda instância.

Apesar da dificuldade de articular o pacote, o ministro da Justiça tem liderado a negociação no Congresso por uma nova regra que permita a prisão de condenados antes de esgotados todos os recursos.

“Não haveria melhor mensagem do que o restabelecimento da prisão após condenação em segunda instância. A decisão se é por PEC, se é por PL [projeto de lei] ou se é por ambos, cabe ao Congresso”, disse Moro na última quarta-feira (4).

Em outro episódio que colocou seu nome em evidência nos últimos meses, a divulgação de trocas de mensagens com procuradores da Lava Jato gerou debate sobre sua imparcialidade como juiz.

Os arquivos, obtidos pelo site The Intercept Brasil, revelaram, entre outras coisas, que Moro interferiu em negociações de delações premiadas, o que não está previsto na lei, e omitiu uma palestra remunerada ao prestar contas de suas atividades como magistrado.

Recentemente, diante da morte de nove jovens após ação policial na favela de Paraisópolis, em São Paulo, o ministro disse acreditar que houve excesso e falhas graves.

Após a afirmação, o governador paulista, João Dória (PSDB), que costuma exaltar a figura de Moro, recuou e prometeu revisar os protocolos da Polícia Militar.

A avaliação do ex-juiz, nesse cenário, mantém-se estável desde o início de julho, quando ele tinha 55% de ótimo/bom. Em agosto, o percentual

ficou em 54% e agora está em 53%. As oscilações ocorreram dentro da margem de erro.

Neste primeiro ano de governo, Moro também teve sua autoridade colocada em xeque por Bolsonaro, que defendeu a sua prerrogativa como presidente de interferir na escolha de cargos na Polícia Federal, que é subordinada ao ministro da Justiça.

Ainda assim, os bolsonaristas são os que mais dizem apoiar Moro. Entre os que votaram em Bolsonaro para presidente em 2018, 79% afirmam que a gestão do ministro da Justiça é ótima ou boa.

Esse índice cai para 43% no caso de quem votou branco ou nulo e para 26% entre eleitores de Fernando Haddad (PT), candidato derrotado por Bolsonaro no segundo turno.

Em outros recortes, as maiores taxas de avaliação positiva de Moro aparecem entre homens (59%), brancos (61%),

moradores da região Sul (64%) empresários (74%), pessoas com renda familiar mensal superior a dez salários mínimos (73%), evangélicos neopentecostais (61%) e católicos (55%).

Na outra ponta, índices menores de aprovação são registrados entre mulheres (48%), negros (43%), moradores do Nordeste (41%), estudantes (39%) e pessoas com renda familiar de até dois salários mínimos (46%).

O Datafolha também captou a avaliação dos entrevistados sobre a atuação, além de Moro, Guedes e Damares, de mais quatro ministros: Abraham Weintraub (Educação), Ricardo Salles (Meio Ambiente), Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores).

Desses, Guedes é o mais conhecido (80%) e Weintraub, o menos (32%).

As piores avaliações estão com os ministros da Educação e do Meio Ambiente. En-

tre os que dizem conhecê-los, 31% e 28%, respectivamente, afirmam que a gestão deles é ruim/péssima. Desde a última pesquisa, o maior recuo de aprovação ficou com Ernesto Araújo (queda de oito pontos percentuais). A única variação positiva é de Weintraub (alta de cinco pontos).

## Altos e baixos de Moro em 2019

### ATRITOS

A divulgação de mensagens trocadas entre o então juiz da Lava Jato e procuradores da operação colocou em dúvida a imparcialidade de Moro como magistrado

Por 6 votos a 5, STF voltou a barrar a prisão de condenados logo após a segunda instância, instrumento defendido por Moro. Decisão permitiu a soltura do ex-presidente Lula

Pacote anticrime de Moro foi desidratado na Câmara e aprovado sem algumas de suas principais bandeiras, como o excludente de ilicitude e a prisão logo após segunda instância

### FÔLEGO

Popularidade de Moro segue estável

Após decisão do STF, ministro tem liderado esforço no Congresso para nova legislação que permita a prisão de condenados em segunda instância

Manifestações de rua têm sido convocadas desde a metade do ano em todo o país para demonstrar apoio ao ex-juiz e à Lava Jato

## CONTINUA

# 09 DEZ 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

**Mais conhecido entre os ministros de Bolsonaro, Sergio Moro é também o mais bem avaliado**

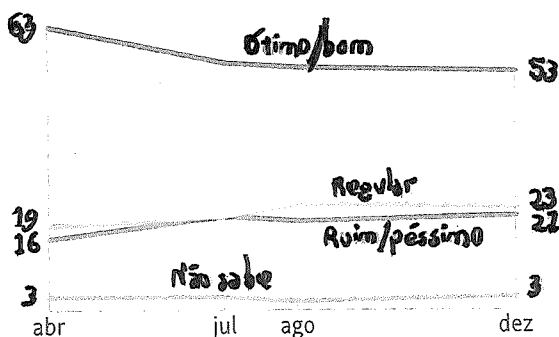
Avaliação do ex-juiz entre os que dizem conhecê-lo, em %



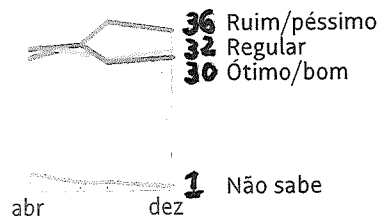
**Sergio Moro**  
Justiça

Após queda em julho, na esteira da revelação das mensagens da Lava Jato, aprovação se manteve estável

93% disseram conhecê-lo



**Avaliação do governo Bolsonaro**  
Em%



#### Quem mais aprova Moro

Segmentos que avaliam o desempenho como ótimo/bom  
Em %

|                                   |    |
|-----------------------------------|----|
| Avaliam o governo como ótimo/bom  | 88 |
| Mais ricos (mais de 10 sal. mín.) | 73 |
| Moradores da região Sul           | 64 |
| Aposentados                       | 63 |
| Branco                            | 61 |
| Evangélicos neopentecostais       | 61 |
| Homens                            | 59 |
| Maiores de 60 anos                | 58 |

#### E quem mais reprova

Segmentos que avaliam o desempenho como ruim/péssimo  
Em %

|                                     |    |
|-------------------------------------|----|
| Avaliam o governo como ruim/péssimo | 44 |
| Apoiadores do PT                    | 40 |
| Funcionários públicos               | 28 |
| Moradores do Nordeste               | 28 |
| Pretos                              | 26 |
| 16 a 24 anos                        | 24 |
| Mulheres                            | 23 |
| Ensino superior                     | 23 |

Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.948 entrevistas realizadas em 176 municípios de todo o país em 5 e 6 de dezembro; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%

09 DEZ 2019

## FOLHA DE S. PAULO

# Faculdade de Direito da USP realiza workshop sobre reforma do Estado

SÃO PAULO Com apoio da Folha, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo promove na quarta-feira (11) o workshop "Reforma do Estado Brasileiro: Primeiras Impressões".

Após seguidos adiamentos, o governo de Jair Bolsonaro estuda enviar ao Congresso um conjunto de propostas para, nas palavras do ministro da Economia, Paulo Guedes, dar início a uma reforma tardia do Estado.

Em um conjunto de quatro PECs (Propostas de Emenda à Constituição), o governo quer implantar mudanças como o chamado pacto federativo, que traz um novo regime fiscal e propõe a soma do gasto obrigatório com saúde e educação. O caráter impopular de algumas medidas é um dos motivos para o adiamento da apresentação oficial das reformas.

Com as perspectivas de mudança, professores de direito da USP e da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e do Rio de Janeiro se reúnem para expor suas impressões sobre as propostas do governo.

O workshop, gratuito, será realizado no auditório Ada Pellegrini Grinover, no Prédio Histórico da Faculdade de Direito da USP (largo São Francisco, 95, centro de São Paulo). Não é necessário fazer inscrição prévia.

### Programação:

#### 9h Palestra de abertura

- Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto (USP)

#### 9h15 às 10h30

#### Mesa 1: Reforma administrativa e regime pessoal

- Gustavo Justino de Oliveira (USP)  
- Carlos Ari Sundfeld (FGV-SP)

- Clovis Bueno de Azevedo (FGV-SP)

Mediação: Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto (FDUSP)

#### 10h30 às 11h45h

#### Mesa 2: Pacto federativo

- Fernando Facury Scaff (USP)  
- Fernando Dias Menezes de Almeida (USP)

Mediação: Alexa Salomão, editora de Mercado da **Folha**

#### 12h às 13h30

#### Mesa 3: Emergência fiscal e desvinculações de recursos orçamentários

- Heleno Taveira Torres (USP)  
- Marcos Augusto Perez (USP)

- Fernando Rezende (FGV-RJ)

- Alexa Salomão, editora de Mercado da **Folha**

09 DEZ 2019

# FOLHA DE S. PAULO

PHUMZILE MLAMBO NGWKA

Diretora-executiva da ONU Mulheres

## Estupro: um custo intolerável à sociedade O lar não é um lugar seguro para milhões de mulheres

Se eu pudesse ter um desejo atendido, poderia ser o fim do estupro. Isso significa que uma importante arma de guerra sairia do arsenal de conflitos, assim como a ausência de risco diário para meninas e mulheres em espaços públicos e privados. Haveria a remoção de uma afirmação violenta de poder e mudança de longo alcance para nossa sociedade.

O estupro não é um ato breve e isolado. Danifica a carne e reflete na memória. Pode causar mudança de vida, com consequências que não foram escolhidas — como gravidez ou DST. Seus efeitos devastadores e duradouros atingem outras pessoas: família, amigas, parceiras e colegas. Tanto no conflito quanto na paz, ele molda as decisões das mulheres de sair de suas comunidades por medo de ataques ou pelo estigma das sobreviventes.

Mulheres e meninas que fogem de casa como refugiadas correm risco de transporte perigoso e condições arriscadas de vida, que podem acarretar portas fechadas, iluminação e saneamento impróprios. Meninas casadas quando eram crianças, em busca de maior segurança em casa ou em campos de refugiados, podem ser encontradas em condições legitimadas de estupro,

com pouco recurso para as que desejam fugir para um abrigo com acomodações seguras.

Na grande maioria dos países, meninas adolescentes são as que correm o maior risco de violência sexual por ex-companheiro, marido, parceiro ou namorado. Como sabemos pelo nosso trabalho sobre as outras formas de violência, o lar não é um lugar seguro para milhões de mulheres e de meninas.

Quase completamente, a maioria dos estupradores não são identificados e acabam impunes. Para que as mulheres denunciem, em primeiro lugar, é necessário resiliência para reviver o ataque, certo conhecimento sobre onde ir e um grau de confiança na capacidade de resposta dos serviços procurados — e se, de fato, houver serviços disponíveis.

Em muitos países, as mulheres sabem que são mais propensas a serem culpadas do que consideradas vítimas quando denunciam a violência sexual e precisam lidar com o sentimento injustificado de vergonha.

O resultado é o silenciamento das vozes das mulheres em relação ao estupro, diminuição das denúncias e impunidade contínua para os estupradores. Pesquisas mostram que apenas uma pequena fração

das meninas adolescentes que foram submetidas ao sexo forçado procura ajuda profissional. Menos de 10% das mulheres que buscam ajuda após sofrer violência entraram em contato com autoridades.

Um passo positivo para aumentar a responsabilidade é tornar o estupro ilegal no mundo todo. Atualmente, mais da metade dos países ainda não possuem leis que criminalizam o estupro conjugal ou que se baseiam no princípio do consentimento.

Junto com a criminalização do estupro, precisamos colocar a vítima no centro da questão e responsabilizar os estupradores. Isso significa fortalecer a capacidade das autoridades responsáveis para investigar esses crimes e apoiar as sobreviventes por meio do processo de justiça criminal, com acesso à assistência jurídica, polícia e serviços de justiça, bem como serviços de saúde e sociais, especialmente para as mulheres marginalizadas.

Ter mais mulheres na polícia e treiná-las adequadamente é um passo crucial para garantir que as sobreviventes sintam que suas denúncias estão sendo levadas a sério em todas as etapas, o que pode acabar sendo um processo complexo.

O progresso também exige que enfrentemos com sucesso as muitas barreiras institucionais e estruturais, sistemas patriarcais e estereótipos negativos em torno de gênero que existem nas instituições de segurança, polícia, judiciário e em outras instituições. Quem faz do estupro arma sabe o quão poderosamente traumatiza e como suprime a voz e a ação. Este é um custo intolerável para toda a sociedade. Nenhuma geração futura deve lutar para lidar com um legado de violação.

Nós somos a geração igualdade e iremos acabar com o estupro!

09 DEZ 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### **Denúncia contra PM por morte de Ágatha é aceita**

RIO DE JANEIRO A Justiça do Rio aceitou na quinta (5) a denúncia contra o policial militar Rodrigo José de Matos Soares, 38, pela morte da menina Ágatha Félix, 8. A garota foi atingida dentro de uma Kombi em 20 de setembro, no Complexo do Alemão, zona norte carioca.

O PM foi acusado na terça (3) pelo Ministério Público por homicídio doloso (intencional) qualificado, "por motivo torpe [fútil] e mediante recurso que dificultou a defesa das vítimas, em momento pacífico na localidade, com movimentação normal de pessoas e veículos". A pena varia de 12 a 30 anos de prisão.

O policial afirmou que agiu em legítima defesa e revidou tiros vindos de uma moto.

07 DEZ 2019

FOLHA DE LONDRINA

# Congresso busca força por prisão após segunda instância

**Frente parlamentar mista com senadores e deputados se articula para agilizar propostas e acelerar o cumprimento de penas**



**A luta da prisão  
em segunda instância  
é da nação brasileira**

Pedro Moraes  
Reportagem Local

O recado do voto do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Dias Toffoli, no julgamento que derrubou a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância chegou ao Congresso. O juiz alertou em sua decisão que uma mudança sobre a matéria dependia de uma postura do Legislativo. A soltura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no mês passado, condenado mais célebre beneficiado pela decisão, funcionou como uma força propulsora tanto na Câmara dos Deputados como no Senado para discutir propostas sobre uma mudança no entendimento. Tanto que um grupo de 33 senadores e 179 deputados lançou na terça-feira (3) a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Prisão em Segunda Instância, presidida pelo senador Alvaro Dias (PODE-PR). Para vice-presidente, foi eleito o deputado Marcel van Hattem (Novo-RS). O

movimento foi apresentado a partir de um manifesto escrito pelo jurista Modesto Carvalho. “O Estado Brasileiro foi capturado pelas forças que desejam impedir o combate à criminalidade”, afirma o texto.

O objetivo do grupo é traçar estratégias para a aprovação de propostas que permitam o cumprimento imediato de pena por condenados em segunda instância, o que agora é considerado inconstitucional. Entre os projetos que já estão sendo discutidos está a proposta de emenda à Constituição 199/2019, que tramita na Câmara dos Deputados, e o Projeto de Lei do Senado 166/2018, que altera o Código de Processo Penal e está na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado. Dias defende que a Constituição não impede a prisão em segunda instância e que há anos o debate é travado no Supremo. “A frente reúne senadores e deputados que apoiam, além da PEC, o projeto de lei do Senado, porque os projetos não são excludentes, mas



**A frente reúne senadores e  
deputados que apoiam, além  
da PEC, o projeto do Senado**

complementares. Se o projeto de lei do Senado for aprovado antes, nós seremos parceiros para aprovação também do projeto da Câmara dos Deputados”, afirma o senador.

## **CURTO-CIRCUITO**

O cientista político Rodrigo Prando, professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, acredita que os anseios de grande parte da população chegaram ao Congresso Nacional. Para ele, a libertação do ex-presidente Lula eletrizou a sociedade. “Não podemos dizer que chegou a causar um curto-circuito, mas as pessoas estão atentas. Mesmo as pessoas que têm pouco conhecimento jurídico passaram a apoiar a causa como uma ferramenta de combate à impunidade”, avalia Prando. Apesar das recentes derrotas do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, em seu pacote anticrime, a pauta ganhou força. “Ele conseguiu se articular politicamente, mas as suas teses são defendidas nacionalmente”, lembra o especialista.

**CONTINUA**



# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

07 DEZ 2019

O trabalho do grupo de parlamentares ainda tem como disposição o debate do fim do foro privilegiado e a bandeira do combate à corrupção. Para fundamentar o trabalho, foi apresentado um documento do Instituto e Movimento Mude, de Curitiba, que coletou 1,8 milhão de assinaturas pedindo a prisão a partir da decisão em segunda instância. "A luta da prisão em segunda instância é da nação brasileira. Queremos a tramitação das duas matérias, uma não exclui a outra. Na verdade, a PEC da Câmara e o Projeto de Lei do Senado são garantias importantes para trazer segurança jurídica e encerrar possíveis discussões sobre o assunto", afirma o senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR), um dos criadores da Frente.

### CHANCES

O vice-presidente do grupo, o gaúcho Marcel van Hattem, lembrou que a decisão tomada pelos ministros do Supremo foi apertada e dependeu do desempate do voto do presidente da Corte. "Por maioria apertada, o plenário do Supremo, recentemente, tomou uma decisão diferente da tomada no mesmo STF há três anos e, além de promover a insegurança jurídica no país, acabou também causando enorme insegurança pública", destacou van Hattem. A participação ampla dos parlamentares aumenta a chance das negociações para votar as matérias. O trabalho não é pouco. A PEC 199/2019 precisa ser aprovada em dois turnos, em cada casa do Congresso, por três quintos dos deputados, num total de 308 e da mesma parcela de senadores, o que representa 49. Já o PLS 166/2018 necessita apenas de aprovação da maioria simples nos plenários da Câmara e do Senado.

FOLHA DE LONDRINA 07 DEZ 2019

# O perigo dos 'flertes autoritários' para a cultura democrática

Professor avalia que movimentos do governo de enfrentamento a manifestações contrárias ameaçam a democracia

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Capitular início de matéria de logro, Curitiba - A aprovação na Câmara do chamado pacote anticrime sem a proposta de excludente de ilicitude não freou as intenções do presidente Jair Bolsonaro (PSL) de reduzir barreiras para eximir policiais de punição em caso de confronto. Na última quarta-feira (4), o chefe do Executivo disse que deseja retirar a palavra "moderada" da legislação que trata sobre legítima defesa.

"O cara está armado na tua casa, à noite, você está no sufoco, arrombam a porta da tua casa e você vai fazer o quê? Dar só um tiro no cara?", perguntou. O presidente não detalhou o teor dos textos. Afirmou que deve esperar o "sinal verde" do ministro da Justiça, Sérgio Moro, para enviar os projetos ao Congresso.

As declarações, somadas a outras de membros do governo que "flertam com o autoritarismo", contudo, ligam o alerta. O próprio presidente falou, em entrevista ao jornalista José Luiz Datena, em março, que "não houve ditadura no Brasil". Meses depois, foi a vez do ministro da Economia, Paulo Guedes, especular sobre a reedição do AI5 (Ato Institucional Número 5), que endureceu a repressão no regime militar.

Na avaliação do professor de ética e filosofia política do Departamento de Filosofia da UEL (Universidade Estadual de Londrina) Elve Censi, as ameaças são "assustadoras e muito perigosas". "Estão ameaçando de certa forma que se começarem manifestações haverá um AI5. O AI5 caçou direitos políticos, perseguiu, prendeu e suspendeu habeas corpus", lembra.

"Até o ano passado, os governos respeitaram o direito de quem estava descontente protestar. Por que o Bolsonaro não aceitaria que os petistas ou não petistas descontentes fizessem manifestações? Há uma mentalidade autoritária por trás dessa ameaça que não condiz com a cultura democrática. Na democracia você precisa respeitar quem pensa diferente".

Segundo o professor, o excludente de ilicitude é altamente perigoso. "O papel da polícia na democracia é proteger e garantir o direito à manifestação. Vai conter eventuais excessos, mas assegurar que as pessoas a favor ou contra o governo tenham esse direito".

## PARLAMENTO

Membro da "bancada da bala" na AL (Assembleia Legislativa) do Paraná, o deputado Delelado Recalcatti (PSD) defende a proposta. "É um projeto importante para as forças de segurança, que vivem constantemente enfrentando situações difíceis.

Nada mais justo que um projeto que venha facilitar a vida dos policiais", comenta.

"Não vejo que vá aumentar número de crimes praticados. Primeiro que policial não comete crimes. Segundo que o enfrentamento que ele vai ter não vai aumentar. Vai continuar do mesmo jeito ou até diminuir". Sobre as menções ao AI5, Recalcatti diz que não chegam a lugar nenhum. "O Brasil não está mais para isso".

Já o líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), que preside a Comissão de Direitos Humanos, se mostra preocupado com o crescimento acelerado da intolerância. "Pensam que o fato de você ter o poder total nas mãos resolve o problema do Estado. Não é verdade. Os militares tiveram e só criaram mais problemas. Caminha-se para uma sociedade cada vez mais intolerante, excludente e violenta".

Para o petista, o excludente de ilicitude é na prática a autorização para matar. "Temos inúmeras denúncias de execuções policiais feitas no Brasil inteiro. Infelizmente tem sido a regra para pessoas negras, pobres e de periferia. É o reflexo de uma sociedade que adoeceu. O AI5 é a maior aberração que tivemos em todos os tempos. Fechou o Congresso, o STF, as assembleias, proibiu eleições, exilou e matou. Essa não é uma doença social nem mental. É de caráter".

09 DEZ 2019

## FOLHA DE LONDRINA

### CLAUDIO HUMBERTO

#### **Maia tem 229 voos na FAB levando 2.131 caronas**

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, é o recordista absoluto de uso dos jatos da FAB (Força Aérea Brasileira), este ano, no total de 229 viagens e inacreditáveis 2.131 passageiros transportados. Na nossa conta, claro. Maia não é o único a aproveitar a regalia. O uso dos aviões da FAB é restrito ao vice-presidente da República, ministros de Estado e aos presidentes do Supremo, da Câmara e do Senado.

#### **TAMBÉM APROVEITARAM**

Os presidentes Dias Toffoli (STF) e Davi Alcolumbre (Senado) também aproveitam, mas números de Maia fazem o uso deles parecer irrisório.

#### **VIAGENS SUPREMAS**

Até a terça (3), Dias Toffoli já havia realizado 87 viagens "a serviço" em jatinhos da FAB, na companhia de um total de 1.091 passageiros.

#### **NUNCA COMEU MELADO**

Alcolumbre fez 43 viagens, levando 743 pessoas com ele, entre fevereiro e terça (3). Incluindo passeio nos EUA em plena Black Friday.

#### **MALANDRAGEM OFICIAL**

Como os custos são sigilosos por envolverem aeronaves militares, os políticos deitam e rolam, sem prestar conta do gasto a quem paga: nós.

09 DEZ 2019

# BEMPARANÁ

#DE IMPORTUNAÇÃO A ESTUPRO

## Crimes contra a dignidade sexual sobem 43% em Curitiba

Os casos de crimes contra a dignidade sexual estão em alta neste ano em Curitiba e no Paraná. Segundo estatísticas dos meses de janeiro a setembro deste ano, divulgadas pela Secretaria de Segurança Pública na sexta-feira passada, a Capital registrou 963 casos no período, alta de 43,5% em relação ao mesmo período de 2018, quando foram 671 ocorrências com registro. No Paraná também houve alta — 6.764 casos em nove meses deste ano contra 5.819 em 2018, alta de 16,2%.

Os crimes contra a dignidade sexual englobam desde a importunação sexual à divulgação de imagens e vídeos com conteúdo sexual sem consentimento até o estupro coletivo.

Curiosamente o estudo mostra que o horário e dias da semana quando acotencem mais ocorrências se concentram entre segunda e sexta-feira, no período da tarde, seguido pela manhã, também de segunda a sexta-feira.



Até o mês passado, Curitiba tinha registro de 62 casos de importunação sexual dentro de ônibus

**Furtos e roubos** — O relatório mostra também que algumas áreas tiveram redução acentuada. Os casos de roubos caíram 19,2% e os furtos 10,3% no Estado. Em números absolutos, foram registrados 32 roubos a menos por dia em todo o Estado: de janeiro a setembro de 2018 foram 46.255 ocorrências e no mesmo período deste ano foram 37.335.

A queda foi ainda mais expressiva em relação a furtos:

49 a menos por dia (129.917 no ano passado contra 116.419 neste ano).

O crime de roubo apresentou redução em todas as modalidades do relatório no Paraná: veículo (-27%), ambiente público (-16%), residência (-27,6%) e comércio (-25,7%). Curitiba apontou uma queda de 21% nos roubos. Foram 4.103 registros a menos durante o período, o que resultou em menos 15 casos de roubo por dia na Capital.

09 DEZ 2019

## JORNAL DO ÔNIBUS

### **Juiz mais novo**

O advogado Thiago Paiva dos Santos foi empossado no dia 2 de dezembro no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) e aos 34 anos é o juiz mais novo a assumir o cargo na história do órgão e permanecerá no cargo por dois anos. O novo integrante da Corte foi nomeado no dia 26 de novembro pelo Presidente da República.

### **Anulação negada**

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) negou o pedido de suspensão da votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Previdência, votada na última quarta-feira pela Assembleia Legislativa do Paraná, em sessão extraordinária realizada na Ópera de Arame, e cujas alterações foram publicadas no Diário Oficial de ontem. Já em vigor, as alterações propostas pelo governo impõem a idade mínima de aposentadoria, que passa a ser de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres. ■

# JORNAL DO ÔNIBUS

## Acusação pede tornozeleira para Allana Brittes

09 DEZ 2019

Advogados que auxiliam a acusação no caso do assassinato do jogador Daniel pediram à Justiça que Allana Brittes (foto) volte a ser presa ou use tornozeleira eletrônica. A alegação é que fotos no perfil de Allana no Instagram sugerem que ela esteja descumprindo as ordens de não frequentar bares em Curitiba e de não se ausentar de São José dos Pinhais sem autorização judicial. Na ação, a acusação alega que ela postou fotos em Porto Belo, Santa Catarina, e um



bar na capital.

Ela, a mãe, Cristiana Brittes e outros réus conseguiram na Justiça autorização para permanecer em liberdade até o julgamento. Apenas o pai de Allana, Edison Brittes, continua preso e teve pedido de liberdade negado.

O advogado de defesa de Allana, Cláudio Dalledone Júnior, negou as acusações: "É um grande frenezzi. As duas fotos que foram postadas são antigas. Uma delas, a do bar, inclusive, tem na legenda 'back'." ■

## METRO

### Rio. Policial acusado de matar Agatha vira réu

A Justiça do Rio de Janeiro aceitou denúncia do Ministério Público e tornou réu o policial Militar Rodrigo José de Matos, 38 anos, acusado de ter disparado o tiro que matou a menina Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, no Complexo do Alemão, em setembro deste ano.

A juíza Viviane Ramos Farias determinou a cassação do porte de armas de Matos, que ele seja impedido de exercer atividades de policiamento ostensivo até o fim do processo, e que fique proibido de sair do Rio durante o período.

Segundo denúncia, Ágatha estava com sua mãe dentro de uma Kombi na comunidade, quando foi atingida nas costas por fragmentos de bala disparada por Matos na tentativa de deter dois homens suspeitos.

A juíza entendeu que Ágatha morreu "por erro no



A menina Agatha Vitória Sales Félix, 8 anos | REPRODUÇÃO

uso dos meios de execução por parte do policial Militar", e afirmou que, segundo testemunhas, não havia confronto na região, enfraquecendo a versão da polícia de legítima defesa.

Matos vai responder por homicídio qualificado e, caso seja condenado, pode cumprir pena de 12 a 30 anos de prisão. ●METRO

09 DEZ 2019

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Representação contra procuradores da Lava Jato é arquivada

A corregedora-geral do Ministério Público Federal, Elizeta Maria de Paiva Ramos, arquivou representação contra os procuradores da Lava Jato Deltan Dallagnol e Thamea Danelon, que eram acusados de terem colaborado de forma indevida com pedido de impeachment do ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal). A corregedora afirmou não ter visto elementos para concluir que houve infração pelos procuradores, e que os diálogos divulgados eram insuficientes como provas.

LEANDRO MAZZINI

### Moro mais político

Não se limita a audiências públicas a aparição do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, no esforço para tentar aprovar o pacote anticrime enviado ao Congresso Nacional. Ele tem procurado deputados para conversar. O projeto original do ex-juiz da Lava Jato é uma das principais bandeiras do Governo Bolsonaro. Mas o pacote perdeu força com a tramitação na Câmara. Foram excluídos pela comissão especial, por exemplo, trechos que previam a prisão em segunda instância (que voltou em debate em projetos separados) e o excludente de ilicitude para policiais em ação. Apesar das resistências, Moro tem conseguido mais apoios da base governista.

#### Agora, vai?

De parlamentares da bancada ruralista, a maior das Casas, Moro recebeu a promessa de que os líderes vão se empenhar para aprovar as medidas antes do recesso.

FÁBIO CAMPANA

#### PRESTÍGIO

O ministro Sergio Moro pode medir o seu prestígio em Curitiba na sexta feira. Foi muito aplaudido no evento alusivo ao Dia Nacional da Justiça e da Família, que é comemorado no dia 08 de dezembro. O evento contou com uma palestra do vice-presidente da República, Gal. Hamilton Mourão, e com a participação do ministro da Justiça.

#### QUAL É MORO?

Durante evento sobre combate à corrupção o ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro, saiu em defesa ao presidente Bolsonaro, indicando que ele poderá ser mesmo o vice na tentativa de reeleição de 2022. "O presidente Bolsonaro é uma pessoa muito íntegra, todo mundo que conhece atesta isso. Claro que a gente sabe que numa máquina gigantesca da administração federal podem surgir casos de desvios de conduta e de corrupção".

07 DEZ 2019

# IMPACTO PARANÁ

OGIER BUCHI

## MINISTRO MORO

Jovem de Maringá trilha trajetória a ser aplaudida na vida política. Se na condição de Magistrado frequenta a popularidade internacional, no campo da política constrói caminhada sólida. Fez passar na Câmara seu projeto que se não foi o ideal, se aproximará desta qualidade assim que se supere a prisão em segunda instância o que é questão temporal. Quando lhe apresentam questões extemporâneas, como sucessão se manifesta com adequação e medida exata. Vai longe!

Moro, ademais demonstra habilidade em relação a políticos que buscam surfar na sua popularidade incontestável. Não os repudia, mas faz ver ao bom observador que esta atento aos indivíduos desta natureza!